



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 088

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE AGOSTO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|-------------------------|-----------------------|
| Líder do Governo | Dobrandino da Silva |
| Líder da Oposição | Valdir Rossoni |
| PTB | Carlos Simões |
| PFL | Plauto Miró Guimarães |
| PSDB | Ademar Traiano |
| PMDB | Antonio Anibelli |
| PP | Cida Borghetti |
| PT | Tadeu Veneri |
| PDT | Barbosa Neto |
| PL | Mauro Moraes |
| PPS | Waldir Leite |

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 03: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

DIÁRIO Nº 088**SUMÁRIO**

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Mesa Executiva | 02 |
| Presenças | 02 |
| Abertura da Sessão | 02 |
| Expediente: | |
| Indicações | 03 |
| Requerimentos | 03 |
| Projetos de Lei | 07 |
| Pequeno Expediente: | |
| Dep. Barbosa Neto | 25 |
| Dep. Elton Carlos Welter | 26 |
| Dep. José Domingos Scarpellini | 27 |
| Horário das Lideranças: | |
| Liderança do PDT: | |
| Dep. Barbosa Neto | 27 |
| Liderança do PFL: | |
| Dep. Elio Rusch | 28 |
| Liderança do PMDB:30 | |
| Dep. José Maria Ferreira | 30 |
| Liderança da Oposição: | |
| Dep. Elio Rusch | 31 |
| Liderança do Governo: | |
| Dep. Rafael Greca | 33 |
| Ordem do Dia: | |
| Leitura do Expediente | 35 |
| Discussão / Votação: | |
| Redação Final | 35 |
| 2ª Discussão | 37 |
| 1ª Discussão | 37 |
| Requerimentos | 42 |
| Encerramento da Sessão | 43 |
| Transcrição..... | 43 |
| Publicações: | |
| Diretoria Geral: | |
| Despacho do Diretor | 44 |
| Portaria DAT | 44 |
| Ata de Comissão | |
| Ecologia | 44 |
| Programa de Demissão Voluntária: | |
| Pedidos de Adesão | 45 |

082ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 082ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE AGOSTO DE 2005**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (45). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Pastor Edson Praczyk, Chico Noroeste, Elza Correia, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Padre Paulo Campos, Ratinho Júnior e Waldir Leite (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Indicação:**

INDICAÇÃO Nº 035/2005

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda:

O Deputado Reni Pereira dirige-se a V. Exa. expor e sugerir a realização de estudos visando a criação na estrutura da Coordenação da Receita do Estado da Secretaria de Estado da Fazenda, de unidades administrativas especiais que poderiam ser chamadas de Inspetorias Especiais de Fiscalização e Controle do ICMS, junto ou próximas às zonas primárias existentes nos Municípios de Curitiba, Paranaguá, Foz do Iguaçu e Santa Helena.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O comércio exterior tem ocupado, nos últimos anos, papel fundamental na economia nacional.

O acompanhamento da movimentação das mercadorias e serviços envolvidos em transações internacionais estão na órbita de competência da Receita Federal, entretanto, os Estados são afetados diretamente pelo comportamento dos contribuintes que demandam serviços públicos preliminares cujas estruturas nem sempre funcionam a contento. No Paraná existem quatro pontos e entradas e saídas de mercadorias em transações de comércio exterior, de fundamental importância para a balança comercial e, também para a arrecadação tributária paranaense, que são as zonas primárias de Curitiba, Foz do Iguaçu e Santa Helena.

As estruturas existentes, Agências de Rendas e Postos Fiscais, dedicam-se à prestação de serviços aos contribuintes de uma forma geral, sem a especialização e o cuidado que este tipo de atividade requer.

Entendemos que a criação de Inspetorias Especiais de Fiscalização e Controle do ICMS, com estrutura enxuta, porém especializada, poderá, de um lado, trazer agilidade e segurança aos contribuintes, e do outro lado, dar total e absoluto controle do Estado das transações realizadas e das suas conseqüências para a arrecadação estadual.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2464

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 477/2005, Mensagem nº 035/2005, de autoria do Poder Executivo, que tem como objetivo fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2489

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja retirado de pauta por três Sessões o Projeto de Lei nº 233/2004, de minha autoria, que dispõe sobre a responsabilidade da destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 2465

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2441

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER a aprovação deste Plenário, do seu afastamento no dia 30 de agosto de 2005, para representar esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná junto ao Poder Legislativo, na Capital Federal, Brasília.

Face ao exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento pelos demais Pares.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2460

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis para ausentar-se no dia 30, para realização de viagem a Cornélio Procopio - Estado do Paraná, a fim de participar da Solenidade de Abertura da VIII EXPOCOP - Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial da Região de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 2455

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Ilídio Batistella.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2469

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. João Nelson Sobieray, ocorrido no dia 28 de agosto, em Curitiba, vítima de parada cardíaca, tendo sido sepultado, ontem, no Cemitério Água Verde, às 17h, acompanhado por centenas de pessoas, entre elas, o Vice-Governador do Paraná, Orlando Pessuti, representante do Governo e este que subscreve, representando a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Dr. João Nelson Sobieray, ex-Prefeito em Jardim Alegre, ex-Vereador de Rancho Alegre, Manoel Ribas e Ivaiporã, foi um verdadeiro revolucionário na medicina e na política, fundador de vários hospitais no Paraná, com grande sentimento humanitário.

Foi tremendamente injustiçado pela Ditadura Militar, em 1969, quando exercia o cargo de Prefeito em Jardim Alegre e foi cassado pelo AI-5, por defender os pequenos cafeicultores do Norte do Estado.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Apoiamento:

Antonio Anibelli.

REQUERIMENTO Nº 2442

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Santa Mônica, pelo transcurso, no dia 10 de setembro/2005, de seus 13 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Valdenir Antonio Palmieri, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Osmar Peruzzo, assim como a todos os Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de Santa Mônica.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 10 de setembro/2005, Santa Mônica, estará comemorando seu 13º aniversário de emancipação política, e, é com muita satisfação que constatamos que o Município atravessa uma fase de desenvolvimento econômico, urbanístico e social.

A certeza de dias melhores aliada a tudo o que o povo já conquistou com trabalho e dedicação, com o respaldo de seus representantes, bem como a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente se transformará em realidade.

É possível sentir e viver hoje a transformação do Município de Santa Mônica, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las sempre contando com o apoio e a participação do seu povo exultante de vida da população eminentemente trabalhadora.

É portanto, nesta data tão significativa que o Prefeito, o Vice-Prefeito e todos os Vereadores, bem como toda a população de Santa Mônica é credora da homenagem e do reconhecimento deste Deputado, na certeza de que continuará com a mesma pujança e garra, sendo exemplo e cópia modelo para os demais municípios paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 2444

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. Renato Soares Marim, pelos relevantes serviços prestados a toda comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 2445

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. Fernando Zadra, pelos relevantes serviços prestados a toda comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 2448

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. Marcelo Araújo, pelos relevantes serviços prestados a toda comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 2462

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Coral Palestina, pelos 51 anos de sua fundação.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, em nome do seu Presidente, Emílio Felipe de Melo, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2456

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário voto de louvor ao Sr. Moisés de Godoy. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2458

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário voto de louvor ao Sr. Luiz Cláudio Barone, Presidente da Milênia Agrociências. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2459

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário voto de louvor ao Sr. Antonio Franco.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2461

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário voto de louvor ao Sr. Francis Jones Cavalcanti. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2492

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de louvor e aplausos nos Anais desta Casa, ao Dr. Elias Mattar Assad, pelos

excelentes serviços prestados na área jurídica do Estado do Paraná e também em todo território nacional.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2493

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de louvor e aplausos nos Anais desta Casa, aos sócios: Rogério Bonacina e Santin Piovezan, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes e amigos.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2490

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve PEDE à egrégia Assembléia moção de aplauso à Associação da Vila Militar do Paraná, na pessoa de seu diretor cultural, Coronel Eugênio Semmer, e do autor João Alves de Rosa Filho, pela publicação de boletins históricos que vêm enriquecer a bibliografia paranaense.

Os referidos boletins são a coleção Episódios da História da Polícia Militar do Paraná: com volumes sobre "Combate do Irani", "Campanha do Contestado", "Epopéia da Lapa", "Guerra do Paraguai", "Revolução de 1924", "Revolução de 1930", "Revolução de 1932", "Porecatu, Sudoeste e outros episódios", "O Avião Sargento".

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O brilhante trabalho enriquece a bibliografia histórica do Paraná e resgata a história da Polícia Militar, até então, quase sem registro impresso, restrita a documentos, testemunhos e fontes primárias.

REQUERIMENTO Nº 2451

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando do mesmo providências urgentes no sentido de determinar patrulhamento na área do bairro São Francisco, em Curitiba, especialmente nas Ruas Duque de Caxias, Senador Xavier da Silva, Barão de Antonina, David Carneiro e Marlos Moro.

A população da região está preocupada com a concentração, durante a manhã (bem cedo), de jovens fumando maconha. Tem crescido nessa região, também, o número de furto de automóveis, ensejando providências por parte das autoridades responsáveis.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2450

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de expediente ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, Coronel QOPM David Antonio Pancotti, solicitando a instalação de unidade do Projeto POVO - Policiamento Ostensivo Volante no Município de Sarandi, Região Metropolitana de Maringá.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2454

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Procurador Geral do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Dr. Sérgio Botto de Lacerda, solicitando apuração dos fatos relacionados com o Sr. Clarisvaldo da Silva Ferreira.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2457

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, encaminhado documentos em anexo e solicitando apuração quanto à organização do concurso realizado pela COOPS-UEL.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2463

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, encaminhado apelo do Sr. Wellington de Paula Pereira.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2468

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente aos Exmos. Srs. Luiz Fernando Delazari e Aldo Parzianelo, Secretário de Estado da Segurança Pública e Secretário de Justiça e Cidadania, respectivamente, solicitando providências a respeito dos relatos constantes das reportagens do jornal A Gazeta do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O jornal A Gazeta do Iguaçu, através dos jornalistas Sônia Inês Vendrame e Nelson Figueira, realizou brilhante série investigativa sobre o consumo, tráfico e consequências do uso do álcool e drogas nas festas de finais de semana, em Foz do Iguaçu.

O retrato encontrado é o pior possível.

As consequências assumem proporções quase que inacreditáveis. Famílias despedaçadas. A criminalidade avançando. Vidas perdidas.

O Poder Público não pode omitir! É preciso uma ação forte, vigorosa e urgente para dar fim a tal situação!

REQUERIMENTOS Nº 2485

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, pedindo providências Urgentes, conforme o caso abaixo especificado:

a) A Associação de Moradores do Bairro Jardim Londrina, no Município de Astorga, envia documento denunciando a existência de um número preocupante de mosquitos (borrachudos), que vêm causando problemas de saúde aos moradores daquele bairro, em razão da necessidade do uso de grande quantidade de repelentes no corpo, para conter o ataque dos referidos mosquitos.

b) Denunciam também que o Bairro Jardim Londrina, fica distantes 1 quilômetro, da Lagoa de Tratamento da Rede de Esgotos da SANEPAR, e por isso estão expostos a constantes ataques dos mosquitos borrachudos.

c) Além disso, os moradores do Jardim Londrina, em Astorga, estão próximos à reserva da mata nativa existentes no Bairro, e duas nascentes de rios, o que aumenta a incidência dos insetos.

d) Comunicam, a este Deputado, que já protocolaram um pedido de providências na Secretaria de Saúde do Município que não tomou qualquer providência no sentido de atendê-los, razões que os levaram a solicitar a nossa interferência junto ao Sr. Secretário de Estado da Saúde.

e) O pedido de providências foi assinado pela senhora Soraya M. S. Souza, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim Londrina em Astorga.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTOS Nº 2486

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, solicitando que seja reduzido o percentual exigido para

aprovação do Concurso de Técnico Administrativo daquela Pasta.

Tal solicitação está sendo feita pelas participantes do concurso, sob a alegação de que as provas elaboradas de forma muito confusa e de tal forma extensa, que dificultou o entendimento dos inscritos, causando um número elevado de reprovação.

Em pelo menos 13 (treze) questões apresentadas na prova escrita, houve confusão de interpretação, causando um enorme volume de recursos de revisão de provas.

Este fato poderá deixar servidores que por muitos anos já vêm prestando serviços ao Estado, de fora, aumentando o índice de desemprego no Paraná, fato que tem sido alvo de programas do Governador Roberto Requião, que apregoa a necessidade do aumento de aberturas de vagas para solucionar o problema do desemprego.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.
(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTOS Nº 2466

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa do Artigo “O Brasil deveria adotar uma nova política econômica? - A remoção do entulho neoliberal”, de autoria do Economista Carlos Lessa, ex-Presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social), publicado na página 3, do último dia 27, no jornal Folha de São Paulo.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao renomado economista.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.
(a) DOBRANDINO DA SILVA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 504/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Santana do Itararé, com sede e foro no Município de Santana do Itararé-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.
(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A presente Associação, foi fundada no ano de 1997.

Visa o atendimento, mediante sua infra-estrutura, a todos os moradores do Município de Santana do Itararé e

localidades da região, com objetivos voltados ao lazer e cultura, realizando explorações na área do Parque Ecológico da Cachoeira do Santinho, localizado neste Município. Através desta Associação fora realizada a instalação de quatro abastecedores de água comunitário com capacidade de 15.000 litros no Bairro da Barreira, com a finalidade precípua de abastecer os produtores rurais desta região.

Visa também destinar o apoio aos apicultores de Santana do Itararé, que mediante a aquisição de uma centrífuga, proporcionará a produção de mel com mais qualidade, tornando a região, através de seus produtos, mais competitiva e mais produtiva.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 505/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as concessionárias do serviço público de telefonia fixa, que operam ou venham a operar no espaço territorial do Estado do Paraná, obrigadas a informar ao consumidor, através de mensagem de voz, no próprio aparelho telefônico ou outro meio de equivalente imediatismo, de forma inequívoca, sempre que este atingir o limite máximo de pulsos franqueados.

Parágrafo Único. A comunicação a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser feita ao consumidor no momento em que exceder o limite, esclarecendo que, a partir deste momento, serão cobrados os pulsos excedentes, especificando o valor de cada pulso.

Art. 2º O não cumprimento do disposto na presente lei, acarretará à empresa infratora, multa diária de 150 (cento e cinquenta) UFIRS/PR, e, em caso de reincidência, a multa deverá ser computada em dobro, cujo valor será revertido ao PROCON.

Art. 3º As empresas concessionárias de telefonia terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequar à presente lei, a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.
(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Ultimamente, vem sendo muita a batalha dos consumidores do país que mantém um contrato de adesão de prestação de serviço comutado (STFC), cujo objetivo é a utilização de linha telefônica, junto ao PROCON e ao Poder Judiciário.

Essas batalhas visam acabar com a cobrança dos pulsos excedentes, haja vista que o consumidor recebe, nas contas de cobrança, apenas a determinação do valor e da suposta quantidade de pulsos consumidos, sem detalhamento algum que lhe permita averiguar momento, receptor e tempo de duração destas eventuais ligações.

Sabe-se que, desde o início da prestação dos serviços, as concessionárias de telefonia vêm efetivando cobranças de serviços medido e de pulsos excedentes; demonstrando apenas o preço total em reais, de forma aleatória e unilateral, compelindo a todos os consumidores a dispor de determinada quantia para pagar uma fatura de telefone que não possui certeza e liquidez, haja vista não saber se este valor é, efetivamente, devido ou não.

Ocorre que, a maioria dos consumidores não tem a informação do momento em que seus pulsos foram excedidos, e continuam a realizar ligações, com a certeza de que ainda estão dentro do limite estabelecido pela empresa de telefonia.

Dessa forma, o presente projeto de lei tem como finalidade, dar ciência ao consumidor de sua situação junto à empresa de telefonia, informando-o do momento em que seu limite foi excedido, para que possa ter um controle de seus gastos no tocante à sua conta telefônica.

Por todo exposto é que coloco o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, contando com a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 506/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as empresas de ônibus do Estado do Paraná obrigadas a colocarem película protetora nos vidros dianteiros e laterais, de forma que impeça o estilhaçamento de vidros contra passageiros e pedestres.

Art. 2º As referidas empresas terão prazo de 120 (cento e vinte) dias para se adequarem a esta lei.

Art. 3º O descumprimento desta lei acarretará em multa de 500 (quinhentos) UFIRS ao dia, por ônibus que circule sem a película protetora.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A proposição que levo à apreciação dos nobres Deputados, tem por objetivo proteger os usuários e pedestres de possíveis acidentes, tendo em vista que os vidros das janelas dos ônibus quebram e se estilhaçam sobre os passageiros.

A colocação da película evita que os estilhaços se espalhem e caiam nos usuários ou pedestres, desta forma então, protegendo os mesmos.

Fato é que existem acidentes ocorridos desta maneira, e com a aprovação deste projeto, evitar-se-á possíveis acidentes danosos à integridade física e patrimonial dos usuários e pedestres.

Com a aprovação deste projeto, também será resguardado o patrimônio das empresas de ônibus, pois que evitando que os estilhaços caiam sobre passageiros e pedestres, estes não terão sua integridade física lesada. Tão logo, evitando futuras e enormes indenizações.

PROJETO DE LEI Nº 507/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação do Clube da Terceira Idade Nossa Senhora da Salete, com sede e foro no Município de Três Barras do Paraná-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A presente Associação, para a consecução de suas finalidades, desenvolverá planos, programas e projetos na região com o intuito de estabelecer uma filosofia de ação que atue junto do idoso, propiciando entre outras atividades, condições de:

- a) Integrar-se socialmente;
- b) Conscientizar-se de sua dignidade humana;
- c) Promover-se como ser humano;
- d) Promover atividades educacionais e artesanais com fins terapêuticos;
- e) Constituir a integração que possibilitam a convivência do idoso desamparado com seus familiares e afins;
- f) Promover a conscientização e participação da comunidade de sua responsabilidade perante os idosos.

PROJETO DE LEI Nº 508/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Instituto Médico Legal no Município de Cornélio Procopio.

Art. 2º Para o devido funcionamento do Instituto Médico Legal supra mencionado, caberá à Secretaria de

Estado da Segurança Pública estruturá-lo com pessoal e equipamento adequados às necessidades da região.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei que cria o Instituto Médico Legal na cidade de Cornélio visa dar melhor atendimento à população daquela cidade, uma vez que atualmente os serviços são prestados junto à cidade de Londrina, sendo que a distância a ser percorrida aproxima-se dos cem quilômetros, muito elevada quando se pensa em atendimento emergencial, visto que o resultado de um exame pode significar a prisão de um réu e demais situações a serem atendidas.

Busca-se amenizar os transtornos e desgastes aos familiares que necessitam de liberação de corpo, bem como às vítimas de crimes que precisam ser submetidas a exames, devido à distância a ser percorrida.

Nestes termos, justifica-se a criação do Instituto Médico Legal na cidade de Cornélio Procópio.

PROJETO DE LEI Nº 509/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Passa a ser obrigatório exames psiquiátricos em todos os Policiais Civis e Militares que encontram-se na ativa.

I - Todos os Policiais Civis e Militares, ficam obrigados a cada 12 (doze) meses, a passarem por uma junta de três profissionais: médico, psicológico e assistente social para avaliação e constatação da capacidade laborativa para exerceram suas funções;

II - Caso constatado qualquer anomalia no Policial pela junta psicossocial, o mesmo deverá ser afastado de suas funções típicas, por 03 (três) meses para tratamento com profissionais especializados.

III - Constatando que a anomalia do Policial é IRREVERSÍVEL, a junta psicossocial e a perícia médica deverão opinar por uma Readaptação ou Aposentadoria por invalidez.

IV - Em caso de readaptação, o policial somente poderá realizar serviços administrativos, sendo-lhe retirada a arma, a insígnia e na carteira funcional deve constar o cargo administrativo e que seja suprimido o porte de arma do mesmo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei, dispõe sobre exame psicossocial em Policiais Civis e Militares, que se encontram na ativa.

Todos os Policiais Civis e Militares ficam obrigados a realizar a cada 12 (doze) meses, uma avaliação com os profissionais: médico, psicólogo e assistente social para constatação da capacidade laborativa, a fim de exercem suas funções.

O referido projeto de lei possibilitará, portanto, a retomada do sentimento de “pertencimento”, por parte do mesmo, fazendo com que ele sinta-se também responsável pelos resultados da instituição.

O que se constata atualmente é um gasto enorme com patologias já instaladas, tais como: Depressão, Dependência Química, Hipertensão Arterial, Ansiedade, Síndrome de Pânico e Stress, que poderiam ser evitados, ou melhor acompanhados através da prevenção e avaliação a cada 12 (doze) meses. Desta forma, diminui-se também o número de faltas e licenças médicas, assim como o risco da atividade policial com a sociedade e principalmente com o próprio funcionário.

Constatando qualquer anomalia no policial, que seja irreversível, a junta médica (psicossocial mais perícia médica) deverá opinar por sua readaptação ou aposentadoria por invalidez; em caso de readaptação o policial somente poderá realizar serviços administrativos, sendo-lhe retirada a arma e o conjunto documental.

O presente Projeto tem por finalidade de coibir qualquer ação que possa colocar em risco a vida de civis, culminando em uma força policial selecionada e melhor treinada para trabalhar com a população nas várias situações do dia-a-dia, evitando assim o Estado responder por qualquer tipo de ação indenizatória, resultante de ações praticadas por policiais.

PROJETO DE LEI Nº 510/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Produtores da Linha Guaçu, com sede no Município de Quatro Pontes e foro na Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pequenos Produtores da Linha Guaçu foi fundada em 06 de outubro de 1997, sendo uma entidade civil, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento e a

racionalização das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados.

A entidade vem desenvolvendo um excelente trabalho, viabilizando e executando projetos agrícolas e demais atividades relacionadas à produção, bem como, na integração dos produtores com a comunidade em geral, buscando, assim, novos recursos e tecnologias para desenvolvimento da mesma. Uma das principais metas é a construção de sua sede própria, para que seu quadro social tenha local de lazer, cultura e esporte, promovendo também cursos e palestras.

A documentação que anexamos ao presente plano de lei comprova o atendimento às exigências da lei que regulamenta a matéria, razão pela qual solicitamos aos nobres Pares o seu apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 511/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Cultural Nossa Senhora de Lourdes de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Cultural Nossa Senhora de Lourdes de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade produzir e emitir programação de caráter educativo e espiritual, na defesa e o aprimoramento integral do cidadão, a valorização dos bens constitutivos da nacionalidade brasileira no contexto da compreensão dos valores universais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 512/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam obrigadas as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, ao elaborar suas listas de títulos de livros a serem estudados para os Exames Vestibulares, a colocar títulos dos livros de autores paranaenses, na proporção de 50% (cinquenta por cento).

Art. 2º Considera-se autor paranaense aquele que nasceu ou tem residência fixa no Estado do Paraná há, pelo menos, 15 (quinze) anos e que tenha publicado não menos que 03 (três) obras, com edição mínima de 1000 (mil) exemplares, devidamente comprovado pelo respectivo "depósito legal" na Fundação Biblioteca Nacional.

Art. 3º A escolha dos títulos de autores paranaenses será feita pelas próprias Instituições de Ensino Superior, respeitando os critérios de adequação, qualidade literária e alternância, dentre as obras cadastradas pela Secretaria de Estado da Cultura, que regulamentará a presente lei.

§ 1º Os autores paranaenses cadastrarão suas obras na Secretaria de Estado da Cultura, cumprindo as exigências do artigo 2º desta lei.

§ 2º A seleção, de que trata este artigo, será feita, anualmente, com a alteração de pelo menos 33% (trinta e três por cento) das obras de autores paranaenses, de modo a alterar toda a lista no prazo mínimo de 03 (três) anos, sendo vedada a repetição de listas.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Com este título "Autores Paranaenses", queremos significar aqueles escritores que nascidos no Paraná, aqui publicaram suas obras. Autores que têm contribuído para a perenização da cultura paranaense, seja através de romances, contos ou poesias. Filhos do Paraná, que fixando em letras a forma dos seus pensamentos, têm deixado suas marcas e concretizado suas contribuições para com a literatura paranaense.

Praticamente todas as instituições de ensino do Estado do Paraná que preparam seus alunos para realizar exames vestibulares não têm como prática listas títulos de livros de autores paranaenses. Essas instituições de ensino - por razões que lhes são próprias - recomendam, invariavelmente, autores de outros Estados e inclusive estrangeiros. O que se propõe com este projeto de lei é que pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos títulos dos livros recomendados sejam de autores paranaenses.

Tal prática fará com que a produção dos autores paranaenses possa ser conhecida, estudada, consumida e valorizada pelos paranaenses. A começar pela juventude onde invariavelmente se formam os bons hábitos de leitura. Além de fomentar o hábito da leitura tal medida estará fomentando também que as obras dos escritores paranaenses sejam conhecidas e difundidas. Da mesma forma poderia abrir possibilidades para que muitos dos autores paranaenses surgissem e/ou saíssem do anonimato em que se encontram, ao transformar as obras dos autores da nossa terra em objeto de estudo do nosso numeroso contingente discente.

Assim, este projeto de lei favorecerá: a) o conhecimento das obras dos autores paranaenses; b) o consumo interno daquilo que é produzido na cultura do nosso Estado; c) o aumento tanto da leitura quando da comercialização dos livros dos autores paranaenses; d) promoveria um maior conhecimento e a necessária valorização daquilo que é produzido pelos nossos autores; e) fomen-

taria tanto a procura quanto a comercialização de um produto genuinamente paranaense, ou seja, o livro.

Além disso, ou seja, com a adoção dessa nova prática, as obras dos autores paranaenses passarão a ter maior procura e circulação, pois todas as livrarias do nosso Estado passariam a comercializar um maior número de obras dos autores paranaenses.

E mais, todas as livrarias do Estado do Paraná estariam fomentando a comercialização e o consumo de um produto genuinamente paranaense, vale dizer, da cultura que se produz no Estado do Paraná através dos seus autores. Se privilegiássemos tão somente esta última razão, ela se constituiria, e por si só, numa consistente justificativa para sua aprovação, uma vez que contempla o elevado alcance social, econômico e cultural deste projeto.

Para que não se alegue vício de competência ou de ingerência do Poder Legislativo Estadual junto à iniciativa privada, deve-se ressaltar que está dentro dos limites da Constituição Estadual nos artigos listados abaixo como seguem:

Artigo 53 e seus itens XVI e XVII; artigo 65 e artigo 190.

Na Lei de Autonomia Universitária:

Artigo 2º e item 3.

E na Constituição Federal:

Artigo 3º, itens I, II, III e IV. Artigo 23, item X. Artigo 24, item V. Artigo 215 em seu parágrafo 1º.

Portanto, na forma da Constituição Federal e Estadual, é competência do Poder Legislativo Estadual dispor sobre a matéria.

Autores do projeto: Airo Zamoner e Mário Diógenes Poplade - Membros da Associação Cultural Paranaense de Autores Independentes (ACPAI).

PROJETO DE LEI Nº 513/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas que comercializam produtos que após o uso, na condição de resíduos urbanos, são considerados potencialmente perigosos à saúde e ao meio ambiente, dotar-se-ão de recipientes de coleta nos locais em que se efetuarem as vendas.

Parágrafo Único. Entende-se por produtos potencialmente perigosos do resíduo urbano, para fins desta lei, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos aerossóis em geral.

Art. 2º Os recipientes de coleta serão instalados em locais visíveis e neles far-se-ão explícito, através de cartazes, folders e outros instrumentos de divulgação, dizeres que venham alertar e despertar a conscientização dos usuários à importância e necessidade do correto fim dos produtos e os riscos que estes representam à saúde e ao meio ambiente quando não tratados com a devida correção.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

Quando o assunto é lixo urbano, geralmente se pensa em produtos simples, resultantes das atividades básicas diárias do homem. Porém, o problema é bem mais complexo se formos levar em conta os materiais que o compõem.

O lixo urbano possui composição que compromete o meio ambiente e o homem se não estiver dotado de forma satisfatória para com o seu destino final. Em meio ao lixo urbano à presença de componentes perigosos que estão dotados de alto potencial de contaminação e toxicidade. Daí advêm as pilhas, as baterias, as lâmpadas fluorescentes e os frascos de aerossóis, em geral.

Estes materiais perigosos que vêm misturados ao resíduo urbano e recolhidos à coleta regular representam problemas ambientais e de saúde. A necessidade da reciclagem sobressai, pois, por exemplo, as pilhas e as baterias estão definidas como mini-usinas portáteis para os conhecedores da matéria.

Quanto termina a função de uma pilha ou de uma bateria, elas não têm nenhuma serventia, são descartadas junto com o lixo urbano. A partir daí vêm os problemas nos locais de destino final, normalmente lixões, onde vai atingir o estágio de ferrugem, se abrir e liberar seus componentes tóxicos que, literalmente, irão penetrar no solo, contaminando, em um segundo estágio, os alimentos, as águas subterrâneas e por fim, conseqüentemente, atingindo o homem.

As lâmpadas fluorescentes são igualmente, extremamente tóxicas pelo fato de possuírem mercúrio e, assim, da mesma forma, dotada de nocividade ao ser humano. Os frascos de aerossóis também possuem resíduos químicos que prejudicam o homem.

O presente projeto de lei objetiva dar aos usuários uma possibilidade de depositar alguns produtos nocivos de forma correta, vindo, conseqüentemente, diminuir os riscos que estes comprovadamente causam.

Atualmente, por mais bem intencionado que seja um usuário, não há como se dar encaminhamento final racional aos produtos em tela, mas, entretanto, com o aprovação deste projeto de lei, esta hipótese estará lançada, colocada e disponível.

PROJETO DE LEI Nº 514/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É dever dos pais ou responsáveis, bem como dos professores e dirigentes de estabelecimento de

ensino, zelar pelo comparecimento de criança ou adolescente aos referidos estabelecimentos, de modo a evitar a evasão escolar e a reiteração de faltas injustificadas do aluno, em conformidade com o que estipulam esta lei e a legislação pertinente, especialmente a Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990, e a Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 2º O professor da criança ou adolescente comunicará ao dirigente do estabelecimento de ensino a evasão ou a reiteração de faltas injustificadas do aluno quando constatar que sua própria atuação tenha se mostrado incapaz de alterar o comportamento deste e vislumbrar a possibilidade de comprometimento de aproveitamento do ensino ministrado.

Parágrafo Único. A comunicação do professor deverá ser acompanhada de relatório escrito, em que fará constar:

1. sua identificação;
2. identificação do aluno, com breve relato de sua situação em relação ao número de faltas, bem como de seu rendimento escolar;
3. motivos alegados pelo aluno para a sua evasão ou reiteração de faltas injustificadas.

Art. 3º O dirigente do estabelecimento de ensino, tendo tomado ciência da comunicação do professor e de posse do relatório por este elaborado, solicitará aos pais ou responsáveis da criança ou adolescente que compareçam ao estabelecimento no prazo de três dias, a contar da solicitação.

Parágrafo Único. O prazo concedido aos pais ou responsável poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, diante de pedido justificado destes.

Art. 4º Em comparecendo os pais ou responsáveis, o dirigente do estabelecimento de ensino expor-lhes-á as ocorrências constantes do relatório apresentado pelo professor, indagando-lhes, sem prejuízo de outros questionamentos que julgar pertinente:

I - se a criança ou adolescente demonstrou algum descontentamento com algum aspecto do estabelecimento de ensino;

II - se tinha ciência das ocorrências constantes do relatório, bem como dos motivos alegados pela própria criança ou adolescente para sua evasão ou reiteração de faltas injustificadas;

III - se a criança ou adolescente apresenta algum distúrbio ou estado de saúde que impeça ou dificulte sua frequência no estabelecimento de ensino;

IV - se a criança ou adolescente exerce alguma atividade, profissional ou não, que impeça ou dificulte sua frequência no estabelecimento de ensino.

Parágrafo Único. Ao término da reunião com os pais ou responsáveis, o dirigente do estabelecimento de ensino elaborará ata em que fará constar tudo o que foi

tratado, devendo o referido documento ser subscrito por todos os presentes.

Art. 5º Com base nas informações prestadas pelos pais ou responsáveis, o dirigente do estabelecimento de ensino, no prazo de dois dias, adotará, no âmbito de suas atribuições, as medidas que julgar pertinentes visando à recuperação da criança ou adolescente.

Parágrafo Único. As medidas serão adotadas de imediato em caso de recusa de comparecimento ou do não comparecimento dos pais ou responsáveis no prazo assinalado no artigo 3º, *caput*, bem como se os pais ou responsáveis não forem localizados.

Art. 6º Caso o dirigente de estabelecimento de ensino constate que suas medidas se mostraram ineficazes, comunicará imediatamente o fato ao Conselho Tutelar e, na sua falta, à autoridade judiciária competente, por intermédio de documento escrito, em que constarão:

I - cópia do relatório formulado pelo professor;

II - cópia da ata formulada ao término da reunião com os pais ou responsáveis da criança ou do adolescente;

III - medidas adotadas para recuperação da criança ou adolescentes, bem como os resultados obtidos.

Parágrafo Único. A comunicação será obrigatória, independentemente da eficácia das medidas adotadas pelo dirigente do estabelecimento de ensino, se ocorrer qualquer uma das hipóteses previstas no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 7º Caso o Conselho Tutelar atuando em conformidade com as atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990, julgue ser necessário encaminhar ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente notícia ou fato que vislumbre constituir infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente, juntará cópia de todos os documentos mencionados nesta lei.

Art. 8º O professor ou o dirigente de estabelecimento de ensino que infringir os dispositivos desta lei sujeitar-se-á à aplicação de multa no valor de 50 a 350 UFIR's (Unidades Fiscais de Referência), dobrando-se o valor no caso de reincidência.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

Sem educação, não se forma um legítimo cidadão.

Reconhecendo esse postulado, a Constituição Federal dedicou ao tema tratamento detalhado, estipulando, em seu artigo 205, que “a educação, direito de

todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Entretanto, não se esgota na Seção I, do Capítulo III, do Título VIII (Da Ordem Social) a preocupação com a matéria. Nesse contexto, merece ênfase seu artigo 227, *caput*, o qual preceitua que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Na esteira dessa norma programática, foi promulgada a Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta, com o intuito de dar concretude às diretrizes apontadas na Carta Magna, disciplinou de forma específica, diversos direitos concernentes aos jovens, dentre os quais o direito à educação.

Assim é que a aludida lei consagra e cristaliza o princípio da cooperação, já trazido na norma constitucional, prevendo o dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público de assegurar a efetivação de direitos atinentes à criança e ao adolescente. Buscando atingir essa meta, o referido estatuto tratou de tema que aflige a jovem população não apenas de nosso Estado, mas de nosso país, ao estatuir o dever de o dirigente de estabelecimento de ensino fundamental comunicar ao Conselho Tutelar os casos de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar. Todavia, a disciplina trazida pela 8069, de 13 de julho de 1990, por si só, não é bastante para solucionar, efetivamente, as danosas consequências advindas do não-comparecimento do jovem ao estabelecimento de ensino em que está matriculado.

Restando caracterizada tal lacuna normativa, foi idealizada esta proposição, a qual, em legítimo exercício de competência legislativa concorrente, visa a fixar medidas cabíveis e aptas a inibir, de modo célere e, portanto, eficaz, a evasão e a reiteração de faltas injustificadas da criança e do adolescente, ressaltando, para tanto, atitudes que aqueles que estão mais próximos do aluno devem tomar, em face do papel decisivo e fundamental representado pelo professor e pelo dirigente de estabelecimento de ensino no incentivo à frequência escolar. Por tudo que se expôs, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 515/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A ocorrência de solicitação imotivada de socorro junto aos serviços telefônicos públicos de atendi-

mento de urgência à população deverá ser comunicada à autoridade policial e ao Ministério Público para que tomem os procedimentos adequados.

Parágrafo único. A comunicação de que trata este artigo informará, quando possível, se a ligação foi feita de telefone particular ou de telefone público, bem como o responsável por esta.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

Todos os dias, o Centro Integrado de Atendimento e Emergência (CIAE), o 190 unificado em Curitiba, recebe 10 mil ligações. Deste total 11% acabam se convertendo em ocorrência efetiva. As outras são trotes, pedidos de informação, ou então, são pessoas que nem chegam a falar algo. Segundo informações do CIAE, a maior parte destas falsas ligações tem origem em telefone público do Município de Colombo.

O trote é contravenção penal por “falso alerta de ocorrência policial”, cujo autor, quando identificado, assina termo circunstanciado e pode ser punido com multa e prestação de serviços à comunidade. Mas ela pode ser até indiciada por lesão corporal culposa se ficar relacionado que a sua ação resultou atraso de atendimento da polícia a uma ocorrência real e que produza vítimas.

Segundo a Polícia Militar, qualquer trote causa prejuízo financeiro incalculável, já que, além do combustível gasto, está a própria ação policial em questão. Mas o principal problema é que os municípios ou regiões correm o risco de ficar sem policiamento por algum tempo.

Assim, face os inúmeros problemas, elencados é que proponho o projeto de lei em referência, a ser uma arma no combate ao trote e a consequente culpabilidade ao infrator.

PROJETO DE LEI Nº 516/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido, em todos os estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços com sede ou filiais no âmbito do Estado do Paraná, a prática de revista íntima nos funcionários.

Parágrafo único. A revista íntima de que trata o *caput* deste artigo, engloba, além do despimento coercitivo, todo e qualquer ato de molestamento físico que exponha o corpo dos funcionários.

Art. 2º Esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo para garantir a sua execução.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

A revista íntima ainda vem sendo utilizada por algumas empresas como medida de segurança. Porém, com o advento da Lei nº 9799, que inseriu modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, a revista íntima é considerada lesiva à integridade e à intimidade do trabalhador e da trabalhadora e, portanto vedada.

Sob a ótica legal, não haveria a possibilidade de revista, salvo em alguns casos *sui generis*, desde que negociada entre a empresa e o sindicato de classe do trabalhador. Mesmo assim, já há casos de revistas previstas na convenção coletiva que tiveram sua permissividade afastada pelo juiz.

Os casos de revista íntima julgada pelos tribunais envolvem, predominantemente, empresas de vestuário e de medicamentos, de vigilância bancária e transporte de valores. O Tribunal Superior do Trabalho vem considerando o procedimento, adotado geralmente para inibir furtos, uma ofensa à honra, à dignidade e à intimidade do empregado.

A utilização dos avançados meios tecnológicos, tais como, colocação de etiquetas magnéticas, em livros, roupas e remédios; uso de senhas; controle na entrada e saída do estoque e da linha de produção; filmagens por circuito interno; detector de metais afixado no chão ou manual; ou até mesmo a vigilância feita por serviço especializado ou de chapelarias para os funcionários podem dispensar a revista. Os recursos tecnológicos devem ser utilizados, mas também com certa propriedade, pois o uso indiscriminado de câmaras filmadoras em banheiros ou vestiários, por exemplo, pode gerar indenização por danos morais.

Não é possível vislumbrar nenhuma hipótese em que haja a necessidade de que a inspeção exija que o trabalhador se desnude completamente, ainda que perante pessoas do mesmo sexo. Ou, ainda, que seja submetido a um exame detalhado, prolongado, minucioso ou na presença de outras pessoas, tornando um ambiente vexatório. Nesse caso, legitima-se a defesa do patrimônio do empregador em valor superior à dignidade de seus empregados.

Assim, face o exposto proponho o projeto de lei visando proibir, de uma vez por todas, com esta prática banindo do Estado do Paraná, o constrangimento de ser revistado no seu emprego.

PROJETO DE LEI Nº 517/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O peso máximo total do material escolar transportado por alunos da educação infantil e do ensino

fundamental da pública e particular do Estado do Paraná, em mochilas, pastas e similares não poderá ultrapassar:

I - a 5% (cinco por cento) do peso total do aluno da educação infantil;

II - a 10% (dez por cento) do peso total do aluno do ensino fundamental.

Art. 2º O material que exceder o peso máximo permitido deverá ficar guardado em armários fechados individuais ou coletivos.

Parágrafo único. Não poderá ser feita cobrança pela guarda do material.

Art. 3º É obrigatória a afixação das normas contidas nesta lei em local visível aos alunos, pais e docentes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

Muito se tem falado dos problemas que várias crianças e adolescentes são acometidas por estarem utilizando material escolar principalmente mochilas e pastas, muito pesadas.

A mochila tem causado, inclusive, desvios na coluna. O grande número de matérias, aliada aos cadernos com quase 200 folhas, as pastas, agendas, apostilas, livros, etc., chegam em algumas vezes, pesar quase dez quilos.

Precisamos dotar os nossos estabelecimentos escolares de armários com chave, para que os alunos só levem para casa, o material estritamente necessário.

Assim, proponho o projeto em referência, para amenizar o problema do excesso de peso dos materiais escolares dos nossos estudantes.

PROJETO DE LEI Nº 518/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatória a apresentação de declaração de bens e rendas, com indicação das fontes que constituem o seu patrimônio, no momento da posse ou, inexistindo esta, na entrada em exercício de cargo, emprego ou função, bem como no final de cada exercício financeiro, no término a gestão ou mandato e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, por parte dos agentes públicos indicados:

I - Governador e Vice-Governador do Estado;

II - Deputados Estaduais;

III - Secretários de Estado;

IV - membros da Magistratura Estadual;

V - membros do Tribunal de Contas;

VI - membros do Ministério Público Estadual;

VII - Procuradores do Estado;

- VIII - Defensores Públicos;
- IX - Delegados de Polícia;
- X - Oficiais da Brigada Militar;
- XI - Diretores, Presidentes de autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista e subsidiárias destas, integradas na Administração Indireta Estadual;
- XII - Superintendente e Diretor de órgão central de compras;
- XIII - ordenadores de despesas;
- XIV - Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Estado;
- XV - Agentes Fiscais do Tesouro do Estado;
- XVI - Membros de comissões permanentes de licitação;
- XVII - Prefeitos e Vice-Prefeitos;
- XVIII - Vereadores, e,
- XIX - Secretários Municipais.

§ 1º A declaração abrangerá rendimentos, imóveis, veículos, semoventes, jóias, depósitos bancários, ações e quotas de sociedades comerciais ou civis, título de crédito, certificados de depósitos lastreados em dinheiro ou metais preciosos, aplicações financeiras que, no País ou no exterior, constituam, separadamente, o patrimônio do declarante e de seus dependentes e quaisquer outros papéis ou bens que possam ser expressos em moeda.

§ 2º Os bens especificados no parágrafo anterior e outros que devam integrar a declaração serão descritos sucintamente, à semelhança do exigido pela Receita Federal, com menção de seu valor ou de mercado, devidamente atualizado até a data de 31 de dezembro do ano anterior à data da apresentação.

§ 3º Na declaração de bens e rendas também serão consignados os ônus reais e obrigações do declarante, inclusive de seus dependentes, dedutíveis na apuração do patrimônio líquido, em cada período, discriminando-se entre os procuradores, se for o caso, a Fazenda Pública, as instituições oficiais de crédito e quaisquer entidades, públicas ou privadas, no país e no exterior.

§ 4º Relacionados os bens, direitos e obrigações, o declarante apurará a variação patrimonial ocorrida no período, indicando a origem dos recursos que hajam proporcionado o eventual acréscimo.

§ 5º O valor de aquisição dos bens existentes no exterior será mencionado na declaração e expresso na moeda do país em que estiverem localizados.

§ 6º Na declaração constará, ainda, menção a cargos de direção e de órgãos colegiados que o declarante exerça ou haja exercido nos últimos dois anos, em empresas privadas ou de setor público ou outras instituições, no País ou no exterior.

§ 7º A declaração será assinada e datada pelo declarante no ato de entrega, ficando arquivada no órgão, unidade ou repartição em que este tiver exercício,

podendo ser constituída de reprodução da Declaração Anual de Bens e Rendias, relativa ao Imposto de Renda.

Art. 2º A falta de apresentação de declaração de bens e rendas, bem como a omissão de parcela do patrimônio, imporá em crime de responsabilidade nos termos da lei.

Art. 3º Qualquer pessoa poderá representar ao Ministério Público solicitando que promova a responsabilidade de ocupante de cargo, emprego, função ou mandato, sujeito ao regime desta lei, que tenha deixado de apresentar declaração ou omitido parcela de seu patrimônio ou de seu cônjuge.

Art. 4º O Tribunal de Contas do Estado poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação da legitimidade da procedência dos bens e rendas acrescidos ao patrimônio no período relativo à declaração.

Art. 5º Sujeita-se às sanções previstas na lei, o descumprimento de guardar sigilo sobre informações de natureza bancária e fiscal, os servidores ou qualquer pessoa que, em virtude do exercício do cargo, função ou emprego público, tenham acesso às informações contidas nas declarações de bens e rendas.

Art. 6º Ficam obrigados à apresentação da declaração de bens e rendas, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da vigência desta lei, os atuais ocupantes dos cargos, empregos, funções e mandatos indicados no artigo 1º.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

Muito se fala em transparência, em aberturas de contas correntes, em quebras de sigilo bancário, para os devidos fins, mas pouco se age.

Sendo assim, proponho o presente projeto de lei que torna obrigatória a apresentação de declaração de bens e rendas, quando da posse ou na entrada em exercício de cargo, emprego ou função pública.

Desta forma coibiremos os enriquecimentos ilícitos; haverá um controle maior, vez que ficará arquivada nos órgãos competentes de cada estrutura, tornando documentos públicos.

Hoje alguns órgãos já tomam essa precaução de exigir comprovantes da declaração do imposto de renda anualmente, bem como da comprovação de bens.

É dever de cada cidadão, mas como não é uma prática no Brasil, temos que buscar legislação que torne essa regra obrigatória.

PROJETO DE LEI Nº 519/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As escolas públicas e privadas realizarão, no decorrer do ano letivo, campanhas antidrogas, objetivando transmitir ensinamentos sobre os entorpecentes e similares, abrangendo conceitos, aplicações, usos e efeitos, aspectos medicinais e delituosos.

Parágrafo Único. Os alunos receberão certificado de participação.

Art. 2º Nas campanhas antidrogas poderão ser realizados debates, palestras, seminários, encontros musicais, de teatro e atividades interdisciplinares.

Art. 3º Para participar das campanhas antidrogas serão convidados:

- I - a comunidade escolar;
- II - os pais dos alunos;
- III - médicos e profissionais da saúde;
- IV - as Secretarias da Saúde Estadual e Municipal;
- V - a promotoria pública;
- VI - as polícias civil e militar; e
- VII - o Conselho Tutelar.

Art. 4º As escolas poderão incluir na avaliação do aluno as competências e habilidades desenvolvidas no decorrer da campanha, somente para majoração das notas.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

Hoje, o grande mal da humanidade, chama-se droga. A droga é toda e qualquer substância, natural ou sintética que, introduzida modifica suas funções. As drogas naturais são obtidas através de determinadas plantas, de animais e de alguns minerais. Exemplo à cafeína (café), a nicotina (presente no tabaco), o ópio (na papoula) e o THC tetrahidrocanabiol (da maconha). As drogas sintéticas são fabricadas em laboratório, exigindo para isso técnicas especiais. O termo droga presta-se a várias interpretações, mas comumente suscita a idéia de uma substância proibida, de uso ilegal e nocivo ao indivíduo, modificando-lhe as funções, as sensações, o humor e o comportamento.

As drogas estão classificadas em três categorias: as estimulantes, os depressores e os perturbadores das atividades mentais. O termo droga envolve os analgésicos, estimulantes, alucinógenos, tranqüilizantes e barbitúricos, além do álcool e substâncias voláteis.

Ainda são muito restritos os estudos e levantamentos oficiais para saber a abrangência do uso de drogas no

País. No fim de maio, a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) e o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) divulgaram resultados do V Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 capitais brasileiras.

Foram mais de 48 mil entrevistas com estudantes e percebeu-se que o álcool continua sendo a droga mais utilizada, apesar de ter havido queda em relação ao mapeamento realizado em 1997.

Os dados da pesquisa, mostram ainda que, no mesmo período analisado, houve queda acentuada no uso de tabaco e acredita-se que isso deve à restrição da propaganda e por isso a briga dos órgãos (CEBRID e SENAD) é para que a restrição seja estendida para a propaganda de bebidas.

Assim, mais uma vez está comprovado que a propaganda é a alma do negócio, razão pela qual motiva o presente projeto de lei, de se realizar campanhas antidrogas nos estabelecimentos escolares no Estado do Paraná, para amenizar e diminuir o uso desse mal.

PROJETO DE LEI Nº 520/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

TITULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta lei tem por objetivo estabelecer normas para a proteção dos animais do Estado do Paraná, visando compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação do ambiente, na busca do equilíbrio ecológico.

Art. 2º É proibido:

I - maltratar ou agredir fisicamente aos animais, submetendo-se a qualquer tipo de prática capaz de causar sofrimentos ou danos, bem como as que criem condições inaceitáveis de existência;

II - manter animais em locais completamente desprovidos de higiene ou que lhes impeçam a respiração, o movimento, o descanso, ou os privem de ar e luz;

III - obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças;

IV - não dar morte rápida ou indolor a todo animal cujo extermínio seja necessário para consumo;

V - encarcerar animais com outros que o molestem ou aterrorizam;

VI - exercer a venda ambulante de animais para menores desacompanhados dos responsáveis legais;

VII - realizar espetáculos, esportes, ato público ou privado, que envolvam lutas, maus-tratos ou a morte de animais;

VIII - utilizar animais vivos em rifas, jogos, sorteios, quermesses, propagandas, comerciais, programas de televisão, teatro e outros espetáculos, quando tais atos impliquem na agressão física e psicológica do animal;

IX - sacrificar animais com venenos e outros métodos não preconizados pela Organização Mundial de Saúde nos programas de profilaxia da raiva.

TÍTULO II

DOS ANIMAIS SILVESTRES

Capítulo I

Fauna Nativa

Art. 3º Consideram-se espécies da fauna nativa do Paraná as que são originárias deste Estado e que vivem de forma selvagem, inclusive as que estão em migração, e as espécies de peixes e animais marinhos da costa paranaense.

Art. 4º Os animais silvestres de qualquer espécie, em qualquer fase do seu desenvolvimento, bem como os seusinhos, ovos e abrigos são considerados bens de interesse comum do Estado do Paraná, exercendo-se este direito respeitando-se as limitações que a legislação estabelece.

Art. 5º A caça profissional ou amadora, em qualquer época do ano, tanto das espécies silvestres adultas como de seus ovos ou crias, independente de sua procedência, é considerada ilegal.

I - será permitida a captura de animais silvestres com o objetivo de perpetuar as espécies, em se tratando de animal em vias de extinção;

II - será permitida a transferência de habitat, nos casos de acidentes ecológicos, mediante autorização de órgão competente;

III - será concedida a instituições científicas licença especial para coleta de material destinada a fins científicos;

IV - será permitida a caça, com instrumentos artesanais, pelas populações indígenas com a finalidade exclusiva de alimentação de suas próprias reservas.

Parágrafo Único. Todas as instituições ou pessoas que pratiquem atos de taxidermia deverão possuir um livro de registro que conterá os dados referentes aos exemplares da fauna, objeto de dissecação total ou parcial, que ficará à disposição do órgão público competente.

Capítulo II

Da Fauna Exótica

Art. 6º A fauna exótica compreende as espécies animais não originárias do Estado do Paraná que vivem em estado selvagem.

Art. 7º Nenhuma espécie poderá ser introduzida no Estado do Paraná sem autorização do órgão competente.

Art. 8º Todos os vendedores de animais pertencentes à fauna exótica deverão possuir certificado de origem e licença de importação emitida pelo órgão competente.

Art. 9º No caso do vendedor ou possuidor do animal não apresentar licença de importação, o órgão competente confiscará o animal.

Capítulo III

Da Pesca

Art. 10. São de domínio público todos os animais e vegetais que se encontrem nas águas dominiais.

Art. 11. Qualquer alteração no regime dos cursos de água devido a obras implicará em medidas e proteção realizadas pelo órgão competente.

TÍTULO III

DOS ANIMAIS DOMESTICADOS

Capítulo I

Sistemas Intensivos de Economia Agropecuária

Art. 12. Consideram-se sistemas intensivos de economia agropecuária os métodos cuja característica seja a rápida criação de animais confinados, usando para tal um alto grau de mecanização, que permita economia de espaço e trabalho.

Art. 13. Será passível de punição toda a entidade que for considerada um sistema intensivo de economia agropecuária que não cumprir os seguintes requisitos:

I - os animais devem receber água e alimento, atendendo-se também às suas necessidades psicológicas, de acordo com a evolução das ciências, observadas as exigências peculiares de cada espécie;

II - os animais devem ter liberdade de movimento, de acordo com as suas características morfológicas e biológicas;

III - as instalações devem atender ao bem-estar e saúde dos animais com iluminação, temperatura, circulação de ar e demais condições ambientais adequadas.

Parágrafo Único. Não será permitida em nenhuma hipótese a engorda de aves, suínos e outros animais por processos mecânicos, químicos e outros métodos que sejam considerados cruéis.

Capítulo II

Do Abate dos Animais

Art. 14. É obrigatório em todos os frigoríficos, matadouros e abatedouros do Estado do Paraná o emprego de métodos científicos e modernos de insen-

sibilização, aplicados antes da sangria, por instrumentos de percussão mecânica, processamento químico, elétrico ou decorrentes de desenvolvimento tecnológico.

Art. 15º. É proibido:

I - o emprego da marreta, a picada no bulbo (choupa), a facada no coração, bem como a mutilação ou qualquer método considerado cruel para o abate de animais;

II - o abate de fêmeas durante a gestação e de nascituros até a idade de três meses de vida, salvo em caso de doença, para evitar o sofrimento do animal.

Capítulo III Dos Animais de Carga

Art. 16. Só será permitida a tração animal de veículos ou instrumentos agrícolas e industriais, por animais das espécies bovina, equina e muar.

Art. 17. É proibido:

I - atrelar no mesmo veículo espécies de animais diferentes;

II - utilizar animal cego, enfermo, extenuado ou desferrado em serviço, bem como castigá-lo;

III - fazer viajar um animal a pé, por mais de 10 (dez) quilômetros, sem lhe dar descanso;

IV - fazer um animal trabalhar por mais de 06 (seis) horas contínuas sem lhe dar água e alimento.

Capítulo IV Do Transporte de Animais

Art. 18. Todo veículo utilizado para transportar animais deverá estar adequadamente arejado e em bom estado, em condições de oferecer proteção e conforto.

Art. 19. É proibido:

I - transportar animal por via terrestre por mais de 12 (doze) horas consecutivas sem descarregá-lo para que tenha o devido descanso;

II - transportar animal fraco, doente, ferido ou em adiantado estado de gestação, exceto quando se tratar de atendimento de urgência;

III - transportar animal sem a documentação exigida por lei.

Art. 20. Todo aquele que descumprir o que está especificado no artigo 19, no seu inciso III, está sujeito ao pagamento de uma multa a ser estabelecida pelo Executivo.

TÍTULO IV DOS ANIMAIS DE LABORATÓRIO

Capítulo I Da Vivissecção

Art. 21. Considera-se vivissecção os experimentos realizados com animais vivos em centros de pesquisa.

Art. 22. Os centros de pesquisa deverão ser devidamente registrados no órgão nas áreas de veterinária, medicina, farmácia ou ciências biológicas.

Art. 23. O Diretor do Centro de Pesquisa, antes de proceder qualquer experimento com animal vivo, deverá relatar ao órgão competente: a natureza do experimento, a quantidade e a espécie do animal e o nível de dor que o mesmo sofrerá.

Art. 24. É proibida a prática de vivissecção sem uso de anestesia, bem como a sua realização em estabelecimentos de 1º e 2º graus.

§ 1º Os relaxantes musculares parciais ou totais não são considerados anestésicos.

§ 2º É obrigatória a presença de um anestesista qualificado quando da realização do experimento de vivissecção.

Art. 25. Com relação ao experimento de vivissecção é proibido:

I - realizar experiências cujos resultados já sejam conhecidos anteriormente ou aqueles destinados à demonstração didática que já tenham sido filmados ou ilustrados;

II - realizar experimentos que visem demonstrar os efeitos de drogas venenosas ou tóxicas, como também aqueles que conduzem o animal ao stress, à inanição ou à perda da vontade de viver;

III - realizar experiências com fins comerciais, de propaganda armamentista e outros que não sejam científicos;

IV - utilizar animal já submetido a outro experimento ou realizar experiência prolongada com o mesmo animal.

Art. 26. É proibido a exportação e importação de animais para pesquisas científicas e médicas.

Art. 27. Em todos os locais onde se autorize a vivissecção deverá ser construída uma comissão de ética, composta por, no mínimo, três membros, sendo um representante da entidade onde se realiza o experimento, um veterinário ou responsável e um representante da sociedade protetora dos animais.

Art. 28. Compete à Comissão de Ética fiscalizar:

I - a habilitação e a capacidade do pessoal encarregado de prestar assistência aos animais;

II- verificar se estão sendo adotados os procedimentos para prevenir dor e sofrimento dos animais, tais como aplicação de anestesia e uso de analgésico;

III - denunciar ao órgão competente qualquer desobediência a este código.

Parágrafo Único. Qualquer experimento deverá ser automaticamente suspenso ou o animal imediatamente sacrificado se a Comissão de Ética assim o determinar.

Art. 29. Os centros de pesquisas deverão possuir os recursos humanos e materiais necessários para zelar pela saúde e bem-estar dos animais.

Art. 30. Somente os animais criados nos centros de pesquisa poderão ser empregados em experimentos.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. As penalidades e multas referentes às infrações definidas neste código devem ser estabelecidas pelo Poder Executivo em espécie.

Art. 32. O Poder Executivo criará ou definirá o órgão estadual encarregado de fiscalizar o cumprimento das disposições deste código.

Art. 33. O Poder Executivo regulamentará na presente lei tudo o que considerar necessário à sua execução.

Art. 34. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, na qual reconhece que “Todos os animais nascem iguais diante da vida e têm o mesmo direito à existência”. Todavia, parece ter se esquecido de aplicar este princípio no âmbito de seu território.

A cada dia que passa milhares de denúncias de maus-tratos a animais chegam ao conhecimento público. A crueldade humana parece não ter limites, carregando, de forma inexorável, nossa raça para o auto-extermínio. Sim, já que o homem não pode viver sem a fauna e a flora, verdadeiras dádivas de Deus. É preciso urgentemente disciplinar a ação indiscriminada da caça, da pesca predatória entre outros tantos malefícios que tem sido aplicados ao bioma do nosso Estado. É chegado o momento de frearmos a fúria devastadora e cega, através da qual legaremos às gerações vindouras listas intermináveis de animais extintos. Por isso, a apresentação de um projeto de um Código de Proteção aos Animais e, por consequência, ao meio ambiente, vem ao encontro dos anseios da população paranaense, a qual por seu nível cultural e ecológico clama por um basta a esta carnificina.

Este projeto de lei baseia seu fundamento jurídico no artigo 24, VI da Constituição Federal, que explicita,

clara e objetivamente ser concorrente à competência dos Estados para legislar sobre a fauna. Competência esta que possui caráter supletivo. Só encontrando limite nas normas gerais da União, na medida em que ambas visem atingir ou, pelo menos busquem os mesmos objetivos.

Reza o artigo 24, VI, que a competência para legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna e proteção ao meio-ambiente é concorrente entre União, Estados-Membros e Distrito Federal. A fauna e a flora podem ser consideradas como importantes recursos ambientais, os quais devem ser protegidos e salvaguardados, sem ferir a Magna Carta, através de uma legislação que ampare bens tão preciosos à existência humana.

Assim sendo, pode-se concluir que a União estabelecerá apenas regras gerais aplicáveis em todo território nacional, podendo os Estados legislar de forma supletiva sobre a matéria.

Urge-se a aprovação de um código que proteja nossos animais nativos, para que se preservem nossas floras e fauna dos homens obnubilados pela cobiça e sede de destruição capazes de tornar este Estado num imenso e estéril deserto.

PROJETO DE LEI Nº 521/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a exigência de depósito prévio de caução de qualquer natureza, nos casos de atendimentos urgentes e internações emergenciais, em clínicas e hospitais médico e odontológicos privados localizados no Estado do Paraná.

Parágrafo único. Entende-se como urgência e emergência, respectivamente, os estados de sofrimento intenso ou de risco de vida.

Art. 2º Comprovada a exigência de depósito prévio, a clínica ou hospital serão obrigados a devolver em dobro o valor depositado ao responsável pela internação.

Art. 3º O descumprimento do *caput* do artigo 1º, sujeitará o infrator ao pagamento de multa no valor de 5.000 UFIRs (cinco mil unidades fiscais de referência) a ser cobrada pelo órgão governamental de defesa do consumidor.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, haverá acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em nova multa a ser aplicada.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

Cotidianamente, observa-se que usuários de serviços médicos e odontológicos, clínicos e hospitalares são cons-

trangidos e, até certo ponto, chantageados quando do atendimento e da internação de seus familiares em casos de emergência. A regra geral é a existência de caução, em cheque ou em dinheiro, cuja finalidade é resguardar os interesses financeiros dos prestadores de serviço de saúde.

Por encontrar-se em um momento de extrema fragilidade emocional, o cidadão constrangido atende à exigência com o intuito de ver seu familiar imediatamente socorrido.

Absurdamente, tal exigência é feita mesmo nos casos em que o paciente seja contribuinte de planos de saúde ou convênio médico-hospitalares, constituindo um flagrante desrespeito ao consumidor que, sob a ameaça de não receber o tratamento médico, vê-se diante de um dilema: pagar ou morrer. Na situação atual, esse tratamento indigno fundamenta-se na concepção de que o consumidor é potencialmente um suspeito de “dar calote” no hospital ou clínica, subvertendo a ordem natural da dignidade: o cidadão é suspeito até que se prove o contrário.

Em outras unidades da Federação tais práticas já foram proibidas por intermédio de leis estaduais, servindo de exemplo para aqueles Estados onde iniciativas dessa ordem ainda não foram adotadas.

Convencido de que este projeto de lei contribuirá para que o Paraná seja elevado à condição de localidade que respeita seus cidadãos e consumidores, submeto-o aos nobres pares, certo de que com eles poderei contar para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 522/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Grêmio Recreativo Escolinha de Futebol e de Samba e Torcida Organizada Sangue Azul, com sede e foro no Município de Londrina no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O Grêmio Recreativo Escolinha de Futebol e de Samba e Torcida Organizada Sangue Azul, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade trabalhar com crianças e adolescentes, estendendo para toda a comunidade local, bem como desenvolver atividades de esporte e lazer, além de incentivar, organizar, promover, patrocinar e estimular reuniões sociais e culturais, mantendo assim intercâmbio artístico, cultural e social com entidades congêneres.

Assim, pela importância do trabalho que realiza, apresenta-se o presente projeto de lei a fim de declarar de Utilidade Pública ao Grêmio Recreativo Escolinha de Futebol e de Samba e Torcida Organizada Sangue Azul.

PROJETO DE LEI Nº 523/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Guadalupana de Educação Lassalistas, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Guadalupana de Educação Lassalista, constituída em 09 de fevereiro de 1997, sediada no Município de Curitiba, já possui título de utilidade pública municipal.

A entidade presta relevante serviço à sociedade paranaense, promovendo educação, cultura e assistência social no Município de Curitiba.

Pela importância do serviço prestado por esta associação à nossa sociedade é que este Deputado propõe o presente.

PROJETO DE LEI Nº 524/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatório, como medida de proteção à saúde pública, a inclusão de advertência quanto aos meios de transmissão e de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis - DST, junto aos seguintes locais:

I - cinemas, teatros, lojas de artigos eróticos - “sex shops”, casas de massagem, saunas, hotéis, motéis e estabelecimentos similares, em que houver apelos eróticos, sensuais ou pornográficos.

§ 1º As DTS de maior incidência e importância sanitárias são a AIDS, a sífilis, a gonorréia, o herpes, a candidíase, a clamidiose, os cânceros e a infecção pelo papilomavírus humano (HPV).

§ 2º As mensagens de advertência de que trata o *caput* deverão ser dispostas de maneira visível ao público, assim como estampas junto a cartazes, em dimensão proporcional a estes, na forma a ser regulamentada.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

No mundo de hoje, as doenças de transmissão sexual são um dos mais importantes problemas de saúde pública. No Brasil, isso não é diferente, na medida em que estas são uma das cinco principais causas de procura

dos serviços de saúde. As doenças sexualmente transmissíveis - as DST - são causadas por bactérias, vírus ou por fungos e, o mais grave, pode passar despercebidas, principalmente entre as mulheres.

Nas últimas duas décadas surge uma DST que passa a ser um dos maiores desafios para a humanidade neste final de século, a Síndrome de Imuno Deficiência Adquirida - a SIDA ou AIDS. O que lhe confere esta importância é a "revolução" que ela impõe, na medida em que nos traz a necessidade de rever conceitos e práticas tão caros à humanidade, como a prática da sexualidade, a vida e o prazer, a morte e a impotência da ciência e da tecnologia em curá-la.

Neste final de década, no Brasil, cerca de 27% do total de casos de AIDS reportados ao Ministério da saúde estão relacionados ao uso de drogas injetáveis. Em 14 dos 27 Estados brasileiros, a relação entre a infecção pelo vírus da AIDS - HIV - e o uso de drogas injetáveis já supera os 10%. Desde 1982, quando se registrou o primeiro caso de AIDS entre usuários de drogas injetáveis, esta relação saltou de 2,7 em 1985, para 18,2% em 1990.

Por essa via de transmissão, também há o crescimento do número dos casos entre mulheres, a maioria das quais, parceiras sexuais de usuários de drogas injetáveis. Pode-se constatar que, no Brasil, cerca de 38% do total de casos de AIDS em mulheres relacionam-se à forma de transmissão com uso de drogas injetáveis e que mais mulheres estão se infectando pelo HIV do que homens.

Desta forma, em decorrência da chamada transmissão vertical, surge e cresce a AIDS pediátrica, na qual a mulher infectada transmite o HIV a seu bebê, durante a gestação, o parto ou através do aleitamento materno. Isso tudo nos coloca frente ao seguinte impasse: controlar a transmissão do HIV e diminuir os casos de AIDS só ser possível, em nosso País, se consegue baixar de forma impactante as infecções por meio da via injetável.

O uso de drogas inicia-se cada vez mais cedo entre os jovens, independente da classe social, potencializa os riscos em relação às doenças transmitidas sexualmente, em especial o HIV, pois facilitam as práticas inseguras de sexo e da utilização de drogas de forma cada vez mais arriscada.

O objetivo deste projeto de lei é prevenir para não ser necessário remediar. A melhor arma da prevenção é a informação. Só pessoas esclarecidas podem pôr em prática as medidas preventivas adequadas.

Neste sentido, conclamamos a todos os Pares, para apoiar a proposta que ora apresentamos e assim contribuir para evitar a incidência e adotar medidas preventivas para combater as doenças sexualmente transmissíveis.

PROJETO DE LEI Nº 525/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Será de dois anos o período de alienação de veículo para utilização como táxi adquirido com benefício tributário do Governo Estadual.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Os veículos automotores, para utilização na atividade de transporte individual de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), só podem ser alienados após três anos de uso. Pela legislação estadual, em alguns casos poderá ser reduzido este período, condicionada a autorização prévia da Receita Estadual.

Apresentamos requerimento nesta Casa, que enviou expediente ao Governo Federal solicitando a redução para dois anos de alienação dos veículos adquiridos com isenção de IPI. E fomos atendidos pelo Governo Federal, faltando agora apenas, reduzir este prazo na legislação estadual.

Senhores Deputados, esta legislação impõe dificuldades à população e ao setor taxista, por dois motivos.

1. A conjuntura do mercado automobilístico do Brasil alterou-se muito nos últimos anos. A chegada de novas montadoras e a ampliação do mercado externo promoveu a renovação tecnológica e diversificou a apresentação de modelos de veículos impondo um novo ritmo de consumo que afetou diretamente o serviço de táxi, que pelos impeditivos da legislação atual não consegue manter o padrão de modernidade e de diversidade que o consumidor deseja.

2. O mercado de táxi, por outro lado, tem se sofisticado, Curitiba, por exemplo, tem o que é considerado o melhor serviço de táxi do Brasil, graças ao empreendedorismo de suas empresas, associações e cooperativas e a qualificação de seus motoristas. Mesmo assim, é um setor que mantém o esforço permanente para oferecer novos serviços e qualificar ainda o atendimento de seus clientes.

Neste sentido, em função destes elementos, constatamos que a renovação da frota com mais rapidez é uma necessidade do mercado de transporte urbano na categoria dos táxis.

Por outro lado, esta redução no tempo de alienação promove uma melhoria nas condições de trabalho dos motoristas pela ampliação do conforto e segurança dos motoristas, uma categoria, já marcada pelas condições de trabalhos difíceis em situações estressantes de trânsito, e muitas vezes, em condições inseguras, com vítimas em potencial de assaltos, que alguns casos podem lhes custar a própria vida. Por outro lado, promove o aumento da rentabilidade deste segmento econômico, pela redução de consumo e redução de defeitos mecânicos decorrentes da renovação da frota.

Entendemos, também, que a melhoria do serviço de táxi é um benefício para a população, que se utiliza deste serviço, pois terá um atendimento mais confortável e seguro. A mesma população que vai se beneficiar com um trânsito ainda mais seguro e redução na emissão de

poluentes, pela utilização intensiva de veículos mais novos e modernos.

Por último, pedimos a aprovação deste projeto de lei, também, como um reconhecimento aos prestadores de serviço de táxi pelo esforço em prestar um bom serviço e pelas dificuldades peculiares de seu campo de atuação.

PROJETO DE LEI Nº 526/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É assegurado, na forma, nos limites e sob as condições estabelecidas nesta lei, isenção no pagamento de tarifa nos serviços convencionados de transporte rodoviário intermunicipal e intramunicipal de passageiros por ônibus do Estado do Paraná, para alunos do ensino fundamental e médio da rede pública estadual, para pessoas portadoras de deficiência e para pessoas portadoras de doenças crônicas de natureza física ou mental, cuja interrupção no tratamento possa acarretar risco de vida.

§ 1º A isenção a que alude o *caput* deste artigo e as demais disposições desta lei, alusivas a transporte intermunicipal e intramunicipal de passageiros, são aplicáveis aos transportes coletivos, inclusive se o concessionário de tais serviços estiver sob regime legal ou contratual, que preveja outra forma de custeio ou compensação dos valores respectivos.

§ 2º Fica garantido o direito ao recebimento de vale social ao acompanhante de pessoa portadora de doença crônica, de natureza física ou mental, de acordo com laudo médico.

Art. 2º A isenção a que se refere o artigo anterior será reconhecida mediante a expedição de “vale educação”, para os estudantes do ensino médio e fundamental, referidos no artigo anterior, e “vale-social”, para os portadores de deficiência e doenças crônicas, ali mencionadas.

Parágrafo único. A cada “vale” será atribuído, independentemente de qual seja a linha ou serviço na qual se utilizará, o valor correspondendo a uma passagem, no percurso e, quando for o caso, nos dias e horários nele designados.

Art. 3º O “vale educação” será emitido pelo Estado em favor do aluno do ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, para ser utilizado exclusivamente, no seu deslocamento entre a sua residência e o estabelecimento de ensino e vice-versa.

§ 1º Cada beneficiário fará jus a um máximo de sessenta “vales educação” por mês, durante os semestres letivos, reduzindo-se as quantidades distribuídas em função do início e término dos períodos de férias escolares semestrais.

§ 2º A distribuição do “vale educação” far-se-á através dos estabelecimentos de ensino.

§ 3º O Governo do Estado regulamentará a forma de beneficiar os estudantes da rede pública de ensino fundamental e médio dos municípios e da União, que nos seus deslocamentos casa-escola-casa tenham que utilizar, comprovadamente, linhas de ônibus intermunicipais.

Art. 4º O “vale social” será emitido em favor das pessoas portadoras de deficiência e das pessoas portadoras de doenças crônicas de natureza física ou mental que exijam tratamento continuado e cuja interrupção possa acarretar risco de vida, que necessitem, para a sua terapia, do uso dos serviços convencionais de transporte intermunicipais de passageiros, ou intramunicipais, observadas as definições previstas em lei ou regulamento.

§ 1º O “vale social” será deferido mediante requerimento e avaliação médica da sua necessidade, inclusive e especialmente quanto à extensão e frequência das locomoções impostas ao beneficiário, na forma a definir-se em regulamento.

§ 2º Na avaliação de que trata o parágrafo anterior, o profissional da rede pública de saúde deverá informar sobre a necessidade de um acompanhante no deslocamento do portador de doença crônica.

Art. 5º Os “vale educação” e “vale social” serão pessoais e intransferíveis sujeitando-se aquele que, a qualquer título, os alienar ou emprestar, à cassação do direito de usá-los e à apreensão dos que tiver em seu poder, além de ficar privado do seu uso por um ano, dobrando-se o prazo de privação a cada reincidência.

Art. 6º Para cobertura das isenções de tarifas previstas nesta lei, o “vale educação” e o “vale social” têm efeito liberatório, relativamente a tributos estaduais incidentes sobre a atividade de transporte público coletivo de passageiros e sobre o patrimônio dos prestadores de tais serviços, admitida a sua compensação e cessão, somente entre contribuintes do setor de transportes.

§ 1º O disposto neste artigo também se aplica a obrigações tributárias já inscritas na Dívida Ativa Estadual e às penalidades fiscais.

§ 2º O Poder Executivo determinará aos órgãos competentes que controlem e indiquem, para fins de avaliação e contabilização do tributo e das gratuidades concedidas, os valores e quantidades referentes aos “vale educação” e “vale social”.

Art. 7º O Poder Público deverá fazer constar nos futuros contratos de concessão e permissão de transportes coletivos, cláusulas com determinação de adaptação gradativa da frota, para pessoas com deficiência, obedecidas as prescritas em legislação vigente.

Art. 8º Para os fins desta lei, consideram-se portadores de deficiência os assim definidos pelo Decreto Federal nº 5.296/2004.

Art. 9º O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários à execução do disposto nesta lei.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Em 1887 o primeiro bonde puxado por animais circulava em Curitiba, ligando o Boulevard 2 de julho (atual início da Avenida João Gualberto) ao bairro Batel. Hoje, 118 anos depois, 1,9 milhão de passageiros utilizam diariamente o Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Curitiba, composto por 1.902 ônibus, que atendem 275 linhas. O sistema é responsável pelo emprego direto de 12.700 pessoas - entre motoristas, cobradores, fiscais, mecânicos, etc. O Sistema de Transporte Coletivo de Curitiba registra quase 24 milhões de deslocamentos pagos por mês.

O objetivo deste projeto de lei é ajudar melhorar as condições de vida das pessoas portadoras de deficiência, portadoras de doenças crônicas de natureza física ou mental que exijam tratamento continuado e cuja interrupção possa acarretar risco de vida e aos alunos do ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino. A economia na passagem de ônibus vai trazer uma grande melhoria na renda familiar. Num país onde, segundo o Ministério das Cidades, 35% da população anda a pé por falta de dinheiro para o transporte coletivo, essa inclusão na renda familiar irá melhorar a qualidade de vida e um ganho real na renda, e poderá se refletir na produção, no comércio, no fortalecimento econômico do país.

O dinheiro que as famílias economizam com o transporte coletivo será utilizado para outros gastos girando a economia nas cidades. Seja através do consumo individual das pessoas ou do investimento das empresas, esse dinheiro acaba voltando para a sociedade.

O item “transporte” tem grande influência no cálculo do custo de vida do paranaense. Junto com as despesas de comunicação, o transporte correspondente a 24,5% do cálculo do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) medido pelo IPARDES. A economia da tarifa de ônibus poderá ajudar a segurar a inflação puxada pelos aumentos de preços em outros produtos.

Ao longo dos últimos quatro anos, o número de passageiros pagantes caiu 8%, mesmo número que há dez anos atrás, embora nesse período as distâncias cobertas pela RIT (Rede Integrada de Transporte da região de Curitiba) tenham crescido 50%. Com menos gente para dividir os custos cada vez maiores do sistema de transporte, a conta da tarifa fica mais cara, e a passagem mais alta afasta os usuários do sistema.

Em Curitiba a gratuidade nas passagens de ônibus é destinada a pessoas que possuem idade avançada, pela condição social ou pela profissão que exercem. Para atender este projeto de lei é necessário que os Governos

Federal e Estadual colaborem na redução dos impostos que pesam sobre os itens que compõem o cálculo das tarifas, especialmente sobre o combustível.

O “vale educação” será emitido pelo Estado em favor do aluno do ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, para ser utilizado, exclusivamente, no seu deslocamento entre a sua residência e o estabelecimento de ensino e vice-versa.

O “vale social” será emitido em favor das pessoas portadoras de deficiência e das pessoas portadoras de doença crônica de natureza física ou mental que exijam tratamento continuado e cuja interrupção possa acarretar risco de vida, que necessitem, para a sua terapia, do uso dos serviços convencionais de transportes intermunicipais de passageiros, ou intramunicipais, observadas as definições previstas em lei ou regulamento.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres Pares, para apoiar à proposta que ora apresentamos e melhorar as condições de vida das pessoas portadoras de deficiência, portadoras de doenças crônicas e para alunos do ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, pois com a economia da passagem as famílias poderão aumentar sua renda familiar.

PROJETO DE LEI Nº

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É assegurado, na forma, nos limites e sob as condições estabelecidas nesta lei, isenção no pagamento de tarifa nos serviços convencionados de transporte rodoviário intermunicipal e intermunicipal de passageiros por ônibus do Estado do Paraná, para alunos do ensino fundamental e médio da rede pública estadual, para pessoas portadoras de deficiência e para pessoas portadoras de doenças crônicas de natureza física ou mental, cuja interrupção no tratamento possa acarretar risco de vida.

§ 1º A isenção a que alude o *caput* deste artigo e as demais disposições desta lei, alusivas a transporte intermunicipal e intramunicipal de passageiros, são aplicáveis aos transportes coletivos, inclusive se o concessionário de tais serviços estiver sob regime legal ou contratual, que preveja outra forma de custeio ou compensação dos valores respectivos.

§ 2º Fica garantido o direito ao recebimento de vale social ao acompanhante de pessoa portadora de doença crônica, de natureza física ou mental, de acordo com laudo médico.

Art. 2º A isenção a que se refere o artigo anterior será reconhecida mediante a expedição de “vale educação”, para os estudantes do ensino médio e fundamental, referidos no artigo anterior, e “vale social”, para os portadores de deficiência e doenças crônicas, ali mencionadas.

Parágrafo único. A cada “vale” será atribuído, independentemente de qual seja a linha ou serviço na

qual se utilizará, o valor correspondendo a uma passagem, no percurso e, quando for o caso, nos dias e horários nele designados.

Art. 3º O “vale educação” será emitido pelo Estado em favor do aluno do ensino fundamental é médio da rede pública estadual de ensino, para ser utilizado exclusivamente, no seu deslocamento entre a sua residência e o estabelecimento de ensino e vice-versa.

§ 1º Cada beneficiário fará jus a um máximo de sessenta “vales educação” por mês, durante os semestres letivos, reduzindo-se as quantidades distribuídas em função do início e término dos períodos de férias escolares semestrais.

§ 2º A distribuição do “vale educação” far-se-á através dos estabelecimentos de ensino.

§ 3º O Governo do Estado regulamentará a forma de beneficiar os estudantes da rede pública de ensino fundamental e médio dos municípios e da União, que nos seus deslocamentos casa-escola-casa tenham que utilizar, comprovadamente, linhas de ônibus intermunicipais.

Art. 4º O “vale social” será emitido em favor das pessoas portadoras de deficiência e das pessoas portadoras de doenças crônicas de natureza física ou mental que exijam tratamento continuado e cuja interrupção possa acarretar risco de vida, que necessitem, para a sua terapia, do uso dos serviços convencionais de transporte intermunicipais de passageiros, ou intermunicipais, observadas as definições previstas em lei ou regulamento.

§ 1º O “vale social” será deferido mediante requerimento e avaliação médica da sua necessidade, inclusive e especialmente quanto à extensão e frequência das locomoções impostas ao beneficiário, na forma a definir-se em regulamento.

§ 2º Na avaliação de que trata o parágrafo anterior, o profissional da rede pública de saúde deverá informar sobre a necessidade de um acompanhante no deslocamento do portador de doença crônica.

Art. 5º Os “vale educação” e “vale social” serão pessoais e intransferíveis sujeitando-se aquele que, a qualquer título, os alienar ou emprestar, à cassação do direito de usá-los e à apreensão dos que tiver em seu poder, além de ficar privado do seu uso por um ano, dobrando-se o prazo de privação a cada reincidência.

Art. 6º Para cobertura das isenções de tarifas previstas nesta lei, o “vale educação” e o “vale social” têm efeito liberatório, relativamente a tributos estaduais incidentes sobre a atividade de transporte público coletivo de passageiros e sobre o patrimônio dos prestadores de tais serviços, admitida a sua compensação e cessão, somente entre contribuintes do setor de transportes.

§ 1º O disposto neste artigo também se aplica a obrigações tributárias já inscritas na Dívida Ativa Estadual e às penalidades fiscais.

§ 2º O Poder Executivo determinará aos órgãos competentes que controlem e indiquem, para fins de avaliação e contabilização do tributo e das gratuidades concedidas, os valores e quantidades referentes aos “vale educação” e “vale social”.

Art. 7º O Poder Público deverá fazer constar nos futuros contratos de concessão e permissão de transportes coletivos, cláusulas com determinação de adaptação gradativa da frota, para pessoas com deficiência, obedecidas as prescritas em legislação vigente.

Art. 8º Para os fins desta lei, consideram-se portadores de deficiência os assim definidos pelo Decreto Federal nº 5.296/2004.

Art. 9º O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários à execução do disposto nesta lei.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Em 1887 o primeiro bonde puxado por animais circulava em Curitiba, ligando o Boulevard 2 de julho (atual início da Avenida João Gualberto) ao bairro Batel. Hoje, 118 anos depois, 1,9 milhão de passageiros utilizam diariamente o Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Curitiba, composto por 1.902 ônibus, que atendem 275 linhas. O sistema é responsável pelo emprego direto de 12.700 pessoas - entre motoristas, cobradores, fiscais, mecânicos, etc. O Sistema de Transporte Coletivo de Curitiba registra quase 24 milhões de deslocamentos pagos por mês.

O objetivo deste projeto de lei é ajudar melhorar as condições de vidas das pessoas portadoras de deficiência, portadoras de doenças crônicas de natureza física ou mental que exijam tratamento continuado e cuja interrupção possa acarretar risco de vida e aos alunos do ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino. A economia na passagem de ônibus vai trazer uma grande melhoria na renda familiar. Num país onde, segundo o Ministério das Cidades, 35% da população anda a pé por falta de dinheiro para o transporte coletivo, essa inclusão na renda familiar irá melhorar a qualidade de vida e um ganho real na renda, e poderá se refletir na produção, no comércio, no fortalecimento econômico do país.

O dinheiro que as famílias economizam com o transporte coletivo será utilizado para outros gastos girando a economia nas cidades. Seja através do consumo individual das pessoas ou do investimento das empresas, esse dinheiro acaba voltando para a sociedade.

O item “transporte” tem grande influência no cálculo do custo de vida do paranaense. Junto com as despesas de comunicação, o transporte correspondente a 24,5% do cálculo do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) medido pelo IPARDES. A economia da tarifa de ônibus poderá ajudar a segurar a inflação puxada pelos aumentos de preços em outros produtos.

Ao longo dos últimos quatro anos, o número de passageiros pagantes caiu 8%, mesmo número que há dez anos atrás, embora nesse período as distâncias cobertas pela RIT (Rede Integrada de Transporte da região de Curitiba) tenham crescido 50%. Com menos gente para dividir os custos cada vez maiores do sistema de transporte, a conta da tarifa fica mais cara, e a passagem mais alta afasta os usuários dos sistema.

Em Curitiba a gratuidade nas passagens de ônibus é destinada a pessoas que possuem idade avançada, pela condição social ou pela profissão que exercem. Para atender este projeto de lei é necessário que os Governos Federal e Estadual colaborem na redução dos impostos que pesam sobre os itens que compõem o cálculo das tarifas, especialmente sobre o combustível.

O “vale educação” será emitido pelo Estado em favor do aluno do ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, para ser utilizado, exclusivamente, no seu deslocamento entre a sua residência e o estabelecimento de ensino e vice-versa.

O “vale social” será emitido em favor das pessoas portadoras de deficiência e das pessoas portadoras de doença crônica de natureza física ou mental que exijam tratamento continuado e cuja interrupção possa acarretar risco de vida, que necessitem, para a sua terapia, do uso dos serviços convencionais de transportes intermunicipais de passageiros, ou intramunicipais, observadas as definições previstas em lei ou regulamento.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres Pares, para apoiar à proposta que ora apresentamos e melhorar as condições de vida das pessoas portadoras de deficiência, portadoras de doenças crônicas e para alunos do ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, pois com a economia da passagem as famílias poderão aumentar sua renda familiar.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Barbosa Neto, por quinze minutos: cinco minutos do Pequeno Expediente e dez do Horário da Liderança do PDT.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de utilizar apenas cinco minutos, e posteriormente, voltarei a esta tribuna para um outro assunto extremamente importante.

Temos cobrado desta tribuna, até com certa insistência, melhores condições para a segurança pública, porque temos visto o índice de violência crescer sem que o Governo consiga até dar uma resposta efetiva para esse problema. Na semana passada, o jornal Gazeta do Povo fez um levantamento mostrando que o Paraná tem hoje o menor índice de policiais por habitante, das regiões Sul e Sudeste do nosso Brasil. Isto significa, se fizermos aqui uma comparação, um homem para cada grupo de 476 pessoas. O Estado tem ainda o terceiro menor contingente policial das duas regiões, só ganhando, em números absolutos, de Santa Catarina e do Estado do Espírito Santo, que são bem menores que o Estado do Paraná, mas que ainda assim, têm uma média de um policial para cada grupo de 360 habitantes.

Essa constatação faz cair por terra aquilo que o Governo do Estado vem insistentemente mostrando através da propaganda oficial. A Secretaria da Segurança Pública do Paraná diz que o Paraná tem 21 mil homens na ativa, cerca de dezessete mil militares e cerca de quatro mil civis para atender a população que hoje é estimada em quase dez milhões de habitantes. Isso, sem contar também, a fila da aposentadoria que pode reduzir ainda mais o efetivo nos próximos anos.

No caso da Polícia Civil, o SINCLAPOL, o Sindicato das Classes Policiais do Estado, contesta o número fornecido pela Secretaria da Segurança. Fora os Delegados, a Polícia Civil tem 2941 homens. Temos menos homens na Polícia Civil do que tínhamos na década de 70 e a maioria desses policiais civis não podem trabalhar porque têm que cuidar dos cerca de nove mil detentos que estão nas Delegacias, aguardando vaga no sistema prisional.

Reparem que aqui existe uma distorção que acaba gerando outra, simplesmente porque não existe uma política de segurança pública no Estado do Paraná. O SINCLAPOL reafirma o que estamos falando já há muito tempo. O Paraná precisaria, no mínimo, dobrar o número de policiais civis para oferecer à população um serviço de qualidade, mas só que ter apenas um número maior de policiais não adianta. Defendemos que são necessárias ações combinadas para reduzir a violência, principalmente aquelas ações combinadas para reduzir a violência, principalmente aquelas ações que promovam o resgate social dos excluídos que, muitas vezes, acabam trilhando o caminho da criminalidade, por pura falta de ter o que fazer.

Na Polícia Militar também existe a falta de pessoal. A Associação de Policiais da Reserva estima que seriam necessários 27 mil policiais militares. Exatamente dez mil a mais que o efetivo atual. Com pouco pessoal a Associação diz que os policiais estão sobrecarregados, fazem horas extras e têm pouco tempo para se reciclar.

Não vou dizer aqui nenhum estudo e o desenvolvimento de outras atividades que são necessárias ao aprimoramento pessoal e profissional, só que a situação ainda tende a piorar nos próximos cinco anos, porque cerca de 1500 policiais militares devem entrar para a reserva e o Governo não está conseguindo, com esses 980 reais de salário inicial para os policiais militares, atrair novos homens para a Corporação.

Como é que fica o cidadão nisso tudo? Ele paga os seus impostos mas não vê o esforço do Governo para dar-lhe mais segurança e à sua família.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está esgotado o seu tempo, nobre Deputado. Meio minuto para V. Exa. concluir, vou descontar posteriormente do Horário da Liderança.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Esse Governo, Sr. Presidente, investe em ações pirotécnicas como a força-tarefa que está se espalhando por todo o Estado, mas que não tem efetivos resultados na prática. Quando os policiais vão embora os bandidos voltam tranqüilamente a atacar. Isso tem se repetido. Como aconteceu em Foz do Iguaçu, aconteceu em Londrina. O Deputado Reni Pereira, que é de Foz do Iguaçu, sabe do que estamos falando.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população do Paraná.

No dia de hoje, fizemos uma grande audiência pública, através do Bloco Parlamentar Agropecuário desta Casa, o qual eu presido e mais quatorze Deputados também fazem parte.

Teve a discussão da cadeia produtiva do feijão, do Paraná. Esse produto, que é o quarto em quantidade de produção no Estado, tem enfrentado alguns problemas no tocante à arrecadação de tributos.

Essa audiência teve a participação coordenada pelo Bloco Agropecuário. Acordamos essa reunião, teve a presença dos representantes da SEAB - Secretaria da Agricultura, o representante do Sr. Orlando Pessuti, Sr. Adélio, todos os representantes da CONAB estavam presentes, e também representantes da Secretaria da Fazenda. O Sr. Agmar esteve presente palestrando para todo o público.

Estavam representadas aqui as pessoas que tratam do Mercado Interestadual e ligados à Bolsa de Mercadorias, Marcelo Eduardo Luderer. Tivemos a participação das entidades representativas, aqui representando a OCEPAR, o Flávio Turra, o representante da FETAEP, o Mário Pretix, da FAEP, representava o Jorge Proença

Filho, da FETREF, o Luiz Alfredo e, também, tivemos a brilhante apresentação e fala dos representantes ligados ao setor do comércio, APLAS, que aqui foi representado pelo futuro Cidadão Honorário do Paraná, Sr. Joanir Zonta, que também palestrou nesse evento.

Esse evento foi de um brilhantismo extraordinário, Sr. Presidente, porque ele diagnosticou toda a cadeia produtiva do feijão e ficou evidente, ficou claro, que nós aqui do Estado, vamos fazer e esta Assembléia terá que legislar mais uma vez, ou ajustar a questão da tributação, sobre esse importante insumo que é o feijão. Esse produto para a alimentação dos paranaenses, que foi encaminhado nessa Audiência Pública, é que vamos fazer com que se defina um crédito presumido de 10%, onde a alíquota ficará em 12%. Mas o cerealista, quando vender o seu produto, terá um crédito presumido de 10% pagando apenas 2%. Com essa medida, os 154 mil agricultores que plantam feijão no Estado e 81%, sem sombra de dúvida, que plantam o feijão, a média dos plantadores é três hectares e 81% sobre pequenos produtores. Essa medida irá tirar da informalidade o feijão, que é vendido muitas vezes sem nota fiscal, aliás, segundo o técnico da Secretaria da Fazenda, apenas, pasmem, 9% da previsão da arrecadação sobre o feijão é arrecadado no Estado do jeito que está a legislação.

Inclusive a sugestão que foi dada pelo Agmar e por outros membros do setor produtivo, bateu com a vontade de se incentivar que as pessoas voltem à formalidade. Infelizmente com essa condição de se possibilitar o crédito presumido em 10% vai se equiparar com a tributação que existe em outros Estados da Federação.

O testemunho ouvido aqui no plenarinho da Assembléia: há supermercadistas que, do ponto de vista de seus negócios, é preferível comprar em outro Estado, que fica mais barato para colocar na mesa do consumidor o feijão. Com essa medida, vamos dar solução para que o feijão produzido no Paraná seja vendido no Paraná. As pesquisas dos produtos que têm nos supermercados, a maioria desse feijão é de origem de fora do Estado, infelizmente.

Essa medida será para fazer o ajuste na legislação, definindo em 10% o crédito presumido. Esse número será entendido o mais breve possível com a Fazenda. Acredito que o Governador acatará essa idéia, porque visa beneficiar quem vende, quem produz e quem planta o feijão!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sra. Deputada Cida Borghetti, Srs. Deputados.

Ontem foi um dia triste para nós, do Norte do Paraná. Lamentavelmente perdemos um amigo, um companheiro de longa data. Um homem que se dedicou à medicina e à política. Falo do médico, Dr. João Nelson Soberai. Foi Vereador em Rancho Alegre, Manoel Ribas, Ivaiporã, e Prefeito de Jardim Alegre. Eleito em 1968, no sexto mês de seu mandato, foi cassado pelo Ato Institucional nº 5, no dia 26 de junho de 1969.

João Nelson Soberai, médico humanista, fundou vários hospitais. Clínico geral, um homem pronto para todas as horas e qualquer necessidade.

Faleceu em Curitiba, vítima de uma parada cardíaca, aos 79 anos de idade. Por volta do meio-dia, quando o Vice-Governador Orlando Pessuti me ligou pedindo para que procurasse pelo Deputado Antonio Anibelli, que desfrutava da amizade muito grande com o Dr. Soberai.

E, com a permissão do Deputado Anibelli, também faço dele estas minhas palavras, porque sei da amizade, do respeito que um tinha pelo outro, assim como de tantos outros paranaenses que gostariam de continuar convivendo com o Dr. João Nelson Soberai, ou pelo menos, ontem ter comparecido no Cemitério do Água Verde para se despedir de um homem tão brilhante e tão guerreiro.

Deixamos aqui os nossos votos de profundo pesar à família. E queremos registrar esse falecimento por tratar-se de um paranaense ilustre, que na tarde de ontem nos deixou.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nossa preocupação continua com a tal Força Verde do Governo Roberto Requião de Mello e Silva. A Força Verde, criada para fiscalizar os pequenos produtores - em conjunto com o IAP, a Polícia Florestal, os Promotores Públicos - está a assustar e a criar um clima de revolta muito grande nos pequenos e médios produtores deste Estado.

O que temos visto é o terror sendo repassado para as autoridades que vão cumprir a missão de se fazer preservar as matas ciliares e obrigando a criar-se reservas legais, aonde muitas vezes o pequeno e o médio agricultores nem essa obrigação têm mais para com o Estado. Repetidas vezes a Assembleia tem se manifestado sobre isso através de Deputados da Bancada do Governo, e no entanto a insensibilidade do IAP, da Força Verde, representada pela Polícia Florestal e do Governador...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tem trinta segundos para concluir o seu pronunciamento, Deputado Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Vemos os tempos diminuírem aqui, de um minuto que era a conclusão passou para trinta segundos. Lamentavelmente eu não vou nem usar os trinta segundos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Agradeço V. Exa. pela compreensão.

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, Deputado Rafael Greca.

Estando ausente, passamos ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças:

PP; PPS.

(Declinam)

PDT. Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje e peço a atenção de V. Exas. para esse tema, que talvez seja o mais grave de todos que eu já abordei nesse curto espaço que exerço, com muito orgulho, a condição de representante do povo paranaense nesta Assembleia Legislativa.

Chamo a atenção para o Governo do Estado, e peço até que a imprensa dê publicidade a esses fatos que são extremamente graves, a ameaça que representa a uma das maiores riquezas que possuímos.

A construção de hidrelétricas no Rio Tibagi representa um equívoco e até uma ameaça à fauna e à flora num dos últimos rios virgens que o Paraná possui. Pelo projeto do Governo do Estado, estão programadas construções de seis usinas ao longo desse rio, repito, um dos poucos rios virgens do Brasil. É alagamento de uma área, Deputado Elton Welter, de 5,5% do nosso Estado, onde está concentrada uma região de altíssima biodiversidade, ali em Telêmaco Borba e Ortigueira, é a área mais rica em biodiversidade do Estado do Paraná, que pode ser alagada se o Governo concretizar essa sua intenção de construir as usinas hidrelétricas.

Para que V. Exas. tenham uma idéia, ali existem 747 espécie de animais, o que significa seis vezes mais em espécime-animal do que vivem na Floresta Atlântica e na Serra do Mar, juntas.

O Governo Federal e alguns ambientalistas fazem pesquisas, com campanhas inclusive na mídia nacional, recebendo recursos de organismos internacionais, pedindo a conscientização da população brasileira para que a Floresta Atlântica e a Serra do Mar sejam preservados, e vamos ver alargar uma região de altíssimo potencial ecológico!

Essa região - que é um encontro de diversos ecossistemas - é o único lugar na América Latina onde há o encontro do cerrado com a mata com perobas e a floresta araucária. É um ambiente de raro privilégio!

Não sou ambientalista, mas ali a megadiversidade é raríssima no Brasil. E esse local, essa área que é a mais rica em biodiversidade, pode ser alagada a qualquer momento! Ali estão as espécies como o papagaio-do-

peito-roxo; o tamanduá-bandeira e o lobo-guará. É um estoque de espécie que já estão extintas em outras áreas e também podem se perder a qualquer momento. Ali tem uma espécie de perereca que está em extinção. Alguns peixes estão ameaçados na sua reprodução. Pode até ser risível esta colocação, mas é extremamente grave.

Alguns peixes pintados e surubins encontram ali, naquela região recôndita do Rio Tibagi, o seu último abrigo que pode, a qualquer momento, acabar, ser exterminada.

O que é mais grave, um erro deste Governo, o estudo de impacto do meio ambiente, Deputado José Maria Ferreira, V. Exa. que foi o fundador do projeto COPAT, conhece perfeitamente essa questão. Esse estudo EIA-RIMA, como é chamado pelos ambientalistas, é precário. O relatório parcial tem erros crassos de interpretação.

Temos que fazer esta discussão à Assembléia Legislativa, e é o que faço nesta tarde.

É um apelo que faço ao IAP, porque o próprio Secretário do Meio Ambiente é contrário à construção dessas usinas, o próprio Secretário que auxilia o Governador do Estado do Paraná!

Estamos trazendo um requerimento, protocolado por este Deputado na semana passada, pedindo a suspensão da contratação das empresas, a paralisação da licitação para construção dessas seis usinas ao longo do Rio Tibagi, antes que seja efetivado o extermínio dessas espécies. Falta um estudo completo da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi. Estamos aguardando aqui!

O Governo Federal vem dizendo ao Estado do Paraná que é um relevante interesse nacional construir usinas hidrelétricas no Rio Tibagi.

Vamos ter que pagar a conta de novo? Já tivemos uma área alagada na região de Foz do Iguaçu! Vinte e cinco por cento da energia que é consumida no Brasil sai daqui do Paraná, e agora temos que acabar com esse nascedouro de espécies?

Quero fazer um apelo ao Governo do Estado, esquecendo aqui a nossa posição de oposição, mas é um interesse nacional. Não quero entrar nas outras questões antropológicas, que também terão um prejuízo muito grande.

Antes de concluir, gostaria de conceder um aparte ao Deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

O assunto que V. Exa. traz nesta tarde é muito importante.

Solicitei um aparte justamente para saber, porque quando começou a vossa fala, V. Exa. disse que “O Governo do Estado do Paraná...” Recentemente, há questão de uns quinze dias atrás, a Secretaria do Meio Ambiente firmou convênio com a Universidade Estadual de Londrina. Lá estavam o Secretário Luiz Eduardo Cheida, eu e a reitora. Era um convênio que transferia recursos e disponibilizava os meios para que a Universidade

pudesse fazer um levantamento do estudo da qualidade do ar em Londrina. Naquela oportunidade, o Secretário do Meio Ambiente já se pronunciava contrário. Agora, eu não consigo entender, se ele é o responsável do Governo do Estado, é o executor disso. Como é que o Governo do Estado pode estar sendo favorável e V. Exa., hoje, estar fazendo essa cobrança?

Foi justamente com esses dados, com esses elementos que V. Exa. traz à tribuna, nesta tarde, que o Luiz Eduardo Cheida justificava a não autorização da construção da usina! Por quê?

Por que o Rio Tibagi representa, sim, uma das mais ricas regiões em biodiversidade e por estar na faixa de transição entre o Planalto Central e entre a mata densa, que é a região do norte do Paraná; ele tem algumas qualidades muito próprias. Portanto, eu não entendo, e aqui me permita discordar de V. Exa., não no tema, mas na responsabilização das autoridades, que o Governo do Estado não é favorável! O Luiz Eduardo Cheida foi muito claro e tem se pronunciado nesse sentido! Agradeço o aparte.

Muito obrigado!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço ao Deputado José Maria Ferreira que muito contribui com a nossa discussão, mas esse não é o entendimento que eu tenho.

Eu tive o prazer de acompanhar num dia desses, uma ligação da então Ministra Dilma Rousseff, quando estava em uma reunião no Palácio Iguaçu com o Governador Roberto Requião, e ali estavam sendo traçados planos para construção dessas hidrelétricas.

Nós queremos acreditar que o Governador Roberto Requião é uma pessoa sensível. Se ele enfrentou o Brasil na questão da soja transgênica, não pode permitir a matança dessas espécies e não pode continuar permitindo que o Paraná tenha que arcar, mais uma vez com esse passivo ambiental!

Nós vamos cometer um grave crime de lesa-pátria, se o Rio Tibagi abrigar essas seis novas usinas hidrelétricas! Chega! São Paulo e os outros Estados é que têm que pagar! Chega! O Paraná já deu a sua cota-parte e estamos pagando até hoje com a questão da Usina Hidrelétrica de Itaipu e tantas outras!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto à liderança do PFL, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado Elio Lino Rusch.

Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há questão de uns dez dias passados, eu usava esta tribuna e fazia algumas considerações em relação às

rodovias do Estado do Paraná. Quero registrar, hoje, novamente, com muita tristeza, a precariedade em que se encontra a Rodovia 163, ligando Guaíra a Marechal Cândido Rondon.

Passei pessoalmente, Deputado Reni Pereira, agora neste final de semana, nessa rodovia. É lamentável o estado em que ela se encontra, que não liga apenas Guaíra a Marechal Cândido Rondon, mas liga o Sul com o Norte do Brasil. Toda produção do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e de Rondônia que vem para o sul do Brasil e outros exportadores que usam essa rodovia para escoar a produção, Deputado Anibelli, via Porto de Paranaguá ou outros portos do nosso Brasil, usam essa rodovia. Não tem condições de trafegar nessa rodovia! Levei duas horas e quinze minutos para fazer 63 quilômetros, com uma caminhonete! É buraco em cima de buraco! É inacreditável conseguirmos transmitir aos Srs. Parlamentares ou descrever o abandono total dessa rodovia. Ninguém toma conta! O Governo Federal diz que é de responsabilidade do Governo Estadual, que diz que é de responsabilidade do Governo Federal.

Fiz uma consulta ao Ministro dos Transportes e recebi a resposta. Ele nos informa que essa rodovia foi repassada ao Governo Estadual, que diz que não aceita, porque foi no governo passado que foi recebido alguns recursos, os 2/3 dessa manutenção, para conservar a rodovia, e o restante, ou seja, 1/3 do total do repasse que o Governo Federal faz, foi recebido pelo atual Governo.

O que vamos fazer? O que os transeuntes farão? Deputado Duílio Genari, Elton Welter, Nereu Moura e Reni Pereira, todos nós que somos lá do Oeste, conhecemos essa rodovia. Se não bastassem os assaltos que lá acontecem, os acidentes que são provocados pelos buracos e crateras. O que os caminhoneiros vão fazer? A quem eles vão recorrer? Vamos continuar quebrando os nossos caminhões? Vamos continuar colocando em risco a vida das pessoas, que passam por essa rodovia? Os Governos Estadual e Federal jogando pingue-pongue, Deputado Ailton Araújo, um jogando a culpa no outro e o outro jogando a culpa no um. O que vai acontecer?

É lamentável que tenhamos chegado a esse ponto e momento.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Permito um aparte, prazerosamente, em seguida, ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Quero me solidarizar ao seu pronunciamento. Eu sou Deputado de Governo e não nego isso. A situação como está, precisa ser resolvida. Na semana passada havíamos nos pronunciado naquela tribuna. O Tribunal de Contas da União está na eminência de dar um parecer

permitindo investimento de emergência, nas pontes que estão em situação precária e podem cair - uma juíza determinou fazer investimentos - e também um tapa-buracos ou investimento para recuperar essa rodovia de Marechal Cândido Rondon/Guaíra/Francisco Alves e outras na região de União da Vitória.

Acredito que poderemos ter notícias nas próximas 72 horas, pois há um compromisso do Ministro, se o Tribunal de Contas sinalizar que é possível fazer investimentos de emergência pela União, na busca de recuperação daquela rodovia.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Agradeço o aparte do Deputado Elton Welter.

Na correspondência que recebemos do Ministro dos Transportes, ele informa que em 2004 foi feita uma operação tapa-buraco, efetivamente, mas na primeira chuva arrebentou tudo; piorou e não tem trafegabilidade nessa rodovia.

Se não bastasse a condição lastimável que ele se encontra, fizemos também aqui considerações. O próprio Deputado Elton Welter e outros visitaram *in loco* a ponte sobre o Rio Piquiri, na BR-272, ligando Guaíra a Francisco Alves. Há outra precariedade, ao menos estava interditada na semana passada a Rodovia 476, ligando Lapa a São Mateus, indo para União da Vitória, sobre a ponte do Rio Iguaçu. O governo não faz. O que estamos esperando? O que a população vai dizer?

Ah, vou prender uma placa: “isso é de responsabilidade do Governo Federal. E o Governo Federal: “não, isso é de responsabilidade do Governo Estadual.”

E os caminhoneiros e os transeuntes? Vou perguntar novamente, Deputado Anibelli: a quem vamos recorrer? O que é que devemos fazer?

Cabe a nós, única e exclusivamente, usar aqui a tribuna, e esperar que as autoridades responsáveis por essa rodovia se conscientizem, de uma vez por todas, e dêem condições para que as rodovias possam ser transitadas.

Concedo um aparte ao Deputado Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Deputado Elio Rusch, solidarizo-me com V. Exa.! Nós, que pegamos o Governo há dois anos e meio, pegamos a ponte do Rio Iguaçu, que tem vinte ou trinta anos; a ponte do rio Piquiri tem vinte anos.

Pegamos o Estado, as estradas, em petição de miséria, e V. Exa. também é testemunha. O pedágio fez com que nossas estradas explodissem, mas estamos aí, ainda!

Quando era o Governo Fernando Henrique Cardoso e o PFL fazia parte, as pontes eram as mesmas, as estradas eram as mesmas! Foi abandonado isso, definitivamente! E agora temos um Governo que nós ajudamos a eleger, do Presidente Lula - acho que não dá tempo de recuperar as estradas e as pontes, porque está aí no imbróglio dessa corrupção internacional com o Delúbio, etc., e nós ficamos aí, com a ponte do Capivari. O

Governo Federal esqueceu das ferrovias, virou tudo transporte terrestre pelas estradas federais e estaduais e isso acabou! Não olharam o País como potência que é o Brasil, infelizmente.

Nós entramos no Governo Fernando Henrique, no Lula e temos que, no final, eleger o Roberto Requião para ser Presidente da República, para acabar com a corrupção e os desmandos, como acabou no Paraná!

Obrigado, Deputado Elio!

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Deputado Antonio Anibelli, em primeiro lugar temos que esclarecer: agradeço o seu aparte, mas não tem nenhuma relação o pedágio com a Rodovia 163. Não existe pedágio naquele lugar e não existe desvio, porque a outra alternativa seria Palotina, Terra Roxa, que também não tem pedágio. Ali para o sul também não existe pedágio; - não existe justificativa. Essa cachoeira aqui da Represa Capivari não tem pedágio; não existe justificativa! A ponte sobre o Rio Piquiri não tem pedágio; não tem justificativa.

Concordo com V. Exa. quando fez referência ao nosso pronunciamento, da precariedade em que se encontram as rodovias, mas não vamos “misturar alho com bugalho”, porque não existe conexão.

(Corte no som)

Concluo, Sr. Presidente, apenas para dizer ao Deputado Antonio Anibelli que todos nós temos que unir as nossas forças, PMDB, PFL, PT. Não adianta atribuir culpa ao Governo passado, ao Fernando Henrique, ao Jaime Lerner, ao Álvaro Dias, ao José Richa, não interessa. O que tem que fazer é quem é Governo hoje!

Lula! Resolva, responsabiliza!

Quem é o Governador? Roberto Requião. Responsabiliza!

(Corte no som)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está concluído seu tempo, nobre Deputado.

No Horário da Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente. Gostaria de reforçar aqui o convite aos Deputados - até porque acompanhávamos o pronunciamento do Deputado Barbosa Neto - que queiram compor a Frente Parlamentar para acompanhar todo esse processo da construção de novas Centrais Hidrelétricas no nosso Estado.

Pedimos que os Deputados interessados encaminhem à Mesa os seus nomes até o final desta Sessão, para que possamos, já amanhã, compor a Comissão, para dar andamento aos trabalhos.

Muito obrigada!

Liderança do PMDB: Deputado José Maria Ferreira

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o espaço do PMDB, cedido pelo nosso Líder, Deputado Antonio Annibelli, para justamente abordar duas questões discutidas neste plenário hoje.

Primeiro, pedi um aparte ao meu nobre companheiro Elio Rusch, mas em função do tempo não foi possível; se ele tivesse tempo, assim ele o teria feito.

Eu, como qualquer outro paranaense responsável, me solidarizo com a fala de V. Exa. nesta tarde, até porque nós precisamos, enquanto Governo, dar respostas aos problemas que aí estão, mas não podemos dissociar os fatos que acumulam e que geram, lá na frente, outros fatos desagradáveis, como é o caso precário da 163, em função do que ocorreu no passado, no pretérito imediato.

O Presidente Lula baixou a MP 82 e com ela buscou fazer o resgate e passou para os outros quinze Estados a mesma situação da 163. O Estado do Paraná não aceita! E por que o Governo Lula repassou, meio sem discussão, passou sem questionamento com a sociedade? Por que no Governo anterior, o de Fernando Henrique Cardoso, e do Governador Jaime Lerner, o Estado do Paraná recebeu 85 milhões de reais para fazer a conservação das estradas - e nós temos na Casa um ex-Secretário de Transportes, que é o Deputado Nelson Justus. O Deputado deve saber o que falo. E não foram, Deputado Elio Rusch, investidos os 85 milhões em estradas - quem tem feito essas afirmações é o Diretor-Geral do DNER do Paraná, Dr. Rogério Tissot, técnico competente, homem responsável e sensato.

Então, vejam bem, foi em função desses recursos recebidos e repassados no governo anterior, na ordem de 85 milhões de reais, que o Governo Lula baixou a MP 82, impondo ao Governo do Estado a responsabilidade pela conservação e manutenção dessa estrada, e este, não compreendendo como sua responsabilidade - até porque o Governo não assinou, não subscreveu, não tem a ascensão de nenhum compromisso nesse sentido - recusa.

E hoje está sob a análise do Tribunal de Contas da União. Pode até ser, Deputado, que a viúva venha pagar o preço. Mas, não houve por parte do Governador Roberto Requião nenhuma negligência. Ele está, sim, a defender o erário público do Paraná, porque se passa mais essa estrada, o recurso não foi aplicado, a MP foi de forma truculenta, porque é baseada em convênio anterior.

Por essa razão é que nós, o Governo do Estado, se recusa a fazer a conservação e a manutenção dessa estrada.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Carlos Welter.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

V. Exa., realmente foi preciso, no dia 20 de dezembro de 2002, no apagar das luzes, foi transferido para

quinze Estados várias rodovias federais e recursos públicos da União para os Estados. E esse dinheiro, V. Exa. está claríssimo na sua fala, não foi colocado, investido nas rodovias. A tese da advocacia geral da União é válida porque, em tese, foi transferido mas não foi executado. E o Estado fica nesse imbróglio! Precisamos resolver, Deputado José Maria! Acredito que só com um bom acordo com os quinze Governadores, juntamente com o Presidente da República, vamos achar uma saída para esse impasse que já demorou para ser resolvido.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Mas foi muito bom o Deputado Elio Rusch trazer à baila essa questão, porque tem mais um detalhe: o Governo anterior receber os 85 milhões no apagar das luzes do seu governo; abriu mão de receber um crédito feito de dois bilhões de reais que o Paraná pleiteava junto a União em obras executadas no Estado do Paraná no sistema viário e o Deputado Nelson Justus, novamente, deve ter conhecimento disto.

Então, o que ocorre? Para poder fechar o caixa e a folha de pagamento e 13º do mês de dezembro de 2002, foi a um preço de uma reivindicação já antiga do Paraná neste setor; fechou-se em 85 milhões de reais, momento em que o Estado de Minas - e só quem tem lembrança vê - fechou uma grande soma de um convênio para tapar o buraco de suas estradas e também para tapar parte do buraco que estava à execução financeira de 2002.

O Sr. Nelson Justus (PFL)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Agradeço o aparte, e cabem aqui alguns esclarecimentos. V. Exa. me citou duas vezes - eu não era Secretário dos Transportes nessa época, é bom que fique claro - mas, claro, como Deputado que apoiou, com muito orgulho, o Governo passado - e não me arrependo, de maneira nenhuma, aliás, gosto de dizer isto por aí por onde passo, o que é muito importante, Deputado José Maria, as coisas têm que ficar claras. Entendo a preocupação do Deputado Elio Rusch. Para a população, pouco se me dá se o buraco é federal, estadual ou municipal! O que ela quer, realmente, é resultado!

Já passou, acho que o tempo também, Deputado José Maria, de nós a todo instante - quando formos dar um passo para a frente olharmos três para trás, a culpa é do governo passado, a culpa é do Governo do Canet, que colocou casca! Escuta, isso já era! Temos que partir, avançar, para frente, queremos saber de resultados! Não é possível que fiquemos aqui o tempo todo procurando quem são os culpados! O povo não quer saber disto! O povo quer saber, sim, se vão ser punidos os culpados que envergonharam a todos nós e a todos os brasileiros! É isto que o povo quer saber! Se houve - veja bem, se houve e eu agora, a partir de hoje, quero me inteirar bem desse assunto - qualquer tipo de negligência do Governo passado nesses 85 milhões, e eu vou me informar e amanhã venho lhe

dizer isto, em que pese fique bem claro, não era eu o Secretário, já tinha saído há muito tempo, mas se houve, eu venho aqui não fazer igual o sapo barbudo, pedir desculpa - eu não venho pedir desculpa, venho aqui dizer a verdade - olha, aconteceu isso, o Governo Federal repassou e o Governo Estadual desviou ou pagou o 13º - eu venho aqui e digo! Não venho pedir desculpa, não, porque desculpa não paga dívida e nem fecha a porta do inferno e nem abre a porta do céu! Desculpa para isto não serve!

O que eu acho - e ontem eu senti isso na carne, o Deputado Stica também, porque viajamos pela estrada São Mateus-Lapa, e o que o DER fez? Botou uma big tabuleta lá: "esta rodovia é federal". E não resolve!

Agora, recebi uma carta do DNIT, dizendo que a rodovia é estadual e o Tissot me dizendo que a estrada é federal, e os caminhões continuam caindo no buraco, aquela coisa, pneu furado, não dá para andar mesmo. Eu sou testemunha disto! Ontem à tarde não consegui andar por lá!

Então, claro que há solução! Todo mundo está gritando, tem que resolver! Todo mundo quer que resolva! Agora, uma coisa só não resolve: é dizer que é culpa do Governo passado! Já está acabando esse Governo e nós estamos pondo a culpa no Governo passado, ainda! Mas até quando?

Então, temos que avançar, Zé!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Sei que desculpa não paga conta e não fecha a porta do inferno, mas também não podemos deixá-la aberta, escancarada, para que continue a cometer os mesmos pecados, os mesmos erros e os inocentes pagando os mesmos pecados, que não são deles; são dos outros.

Por isso é que precisamos apurar de quem é a responsabilidade, porque senão o País caminha, e caminha celeremente, na baderna e no lamaçal que aí está, porque não se apurou, não se verificou, não se teve o cuidado de conhecer o que se fazia!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário da Liderança da Oposição, Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, não usaria esse horário, mas diante da colocação do Deputado José Maria, devo fazer um contraponto.

V. Exa. esteve na tribuna e disse que este Governo não assinou nenhum contrato em relação às rodovias, em assumir. Este não, mas o Governo passado, sim! E o que temos que deixar claro é que, quando elegemos um Prefeito, ou um Governador, ou Presidente da República, ele não representa a pessoa dele, ele representa a pessoa jurí-

dica! V. Exa. já foi Prefeito. Com toda certeza V. Exa. já assumiu e honrou compromissos do seu antecessor, como o seu sucessor também, com toda certeza, deve ter honrado compromissos que V. Exa. assumiu quando Prefeito da sua cidade. E assim é o Estado, assim é a Nação. Quando Jaime Lerner assina um contrato ou quando o atual Governador Roberto Requião assina um contrato, os seus sucessores devem respeitá-los, porque eles assinam em nome do Estado do Paraná e não em nome dos outros!

V. Exa. diz: “talvez a viúva venha pagar o preço”. Não sei os valores que foram repassados, e o Deputado Nelson Justus já assumiu um compromisso que ele virá, aqui, numa Sessão e vai dizer o quanto veio e para que foi usado o dinheiro. Agora, V. Exa. diz que foi usado 85 milhões. Se for 85 milhões, pelo que tenho conhecimento o Governo passado recebeu 2/3 do valor, acho que naquela época era 130 mil por quilômetro de rodovia que o Governo Federal estaria repassando ao Governo do Estado, e não só no Paraná. Isso vale para todos os Estados da Federação - e o atual Governador recebeu outro 1/3.

Deputado José Maria: o que é que o atual Governador Roberto Requião fez? O que ele está fazendo com um bilhão de ICMS que está recebendo e que foi deferido pelo Governo passado, das indústrias que se estabeleceram no Estado? Elas não pagaram ICMS; começaram a pagar nos quatro anos ou nos oito anos seguintes, e houve o deferimento do ICMS! Esse deferimento representa, no período do Governador Roberto Requião, um bilhão de reais, e esse imposto foi gerado no Governo passado e ele vai receber! Quer dizer, não adianta dizer que já falei desta tribuna, o Deputado Nelson Justus também disse, sei que V. Exa. também entende disso, continuar empurrando a culpa em cima de Governo passado? Ora, o Governo passado não construiu essa escola? O Governo passado não fez a ponte?

O Governo passado não construiu hospital? Ora, são dois anos e oito meses que se passaram deste Governo! Daqui a um ano, estaremos no auge da campanha, na sucessão deste Governo, e nós vamos continuar falando até quando, como disse o Deputado Nelson Justus? Até quando nós vamos continuar falando: “Ah! A culpa é do Governo passado!” Vamos continuar falando isso? É isso o que o paranaense espera? É isso o que o povo brasileiro espera?

Quando o Governo Lula não consegue resolver um problema: “Ah! Isso é culpa do Governo Fernando Henrique Cardoso!” Os policiais estão recebendo mal? “Ah! Isso é culpa do Governo passado!” Mas o que é que é isso? Onde é que nós estamos?

Ora, se eu quero só culpar os passados, eu não devo disputar uma eleição, porque eu devo saber como é que está a situação do Estado ou mesmo de uma nação ou mesmo de um município.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. exa. tem mais cinco minutos.

Concedo-lhe mais cinco minutos, porque fiz-lhe um apelo para V. Exa. só usar cinco minutos; teremos uma Sessão Solene hoje ainda, quando o Paraná comemora 152 anos de sua emancipação política.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, eu só gostaria de ser gentil com o Deputado José Maria Ferreira. Pediu-me um aparte, antes, e eu não consegui ceder.

Agora, cedo com prazer.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Deputado, V. Exa. quando fala de como o Governo está gastando ou colocando um bilhão que deixou de crédito deferido, não pode ter governo mais transparente do que o Governo Roberto Requião.

Primeiro, fazendo pregão eletrônico. Segundo, colocando em meio eletrônico, internet no site gestão do dinheiro público, que está lá e que V. Exa. ou qualquer um de nós pode saber onde o Governo está aplicando o recurso. Agora, nós não estamos falando aqui do recurso que ficou, atribuindo responsabilidade ao Governo anterior, não é porque não deixou de assumir, porque nós sabemos que há sucessão de encargos e nós reconhecemos, mas é porque ela foi mal assumida.

É a questão que se coloca, porque se nós não levantarmos um questionamento da discussão, nós sempre vamos estar jogando a dificuldade para baixo do tapete e todo mundo vai ficar quieto, porque assumiu um Governo, na sucessão e aí, não se discute mais porque a responsabilidade ficou à disposição dele. Muito pelo contrário, os 85 milhões vieram no dia 26 de dezembro. No dia 26 de dezembro não se aplicou mais um centavo em rodovia, e muito menos naquela.

Então, hoje, o que cabe ao Governo, é discutir a efetiva transferência dessa estrada, e é o que o Governador faz! O mérito está sendo analisado no Tribunal de Contas da União e a partir daí, haverá de ser feito.

Não quero tomar mais o tempo de V. Exa. e sei que está preocupado com o tempo. Nós precisamos discutir as questões. Nós discutimos uma série de outras coisas, mas as questões essenciais nós não discutimos e jogando as coisas para debaixo do tapete e aí é que nós temos as dificuldades que temos que explicar para a Nação e aí não se consegue explicar mais para a Nação.

Nós precisamos conhecer onde foram os 85 bilhões. Que tipo de convênio foi feito? Que tipo de responsabilidade foi assumida para que a sociedade conheça e saiba atribuir responsabilidades?

Muito obrigado pelo tempo.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Deputado José Maria, lógico, nós poderíamos questionar os recursos que o atual Governo Estadual pegou do Governo Federal. Agora, foram assumidas rodovias. Eu acho que a própria Rodovia Cascavel/Toledo. Também foi transferida para o Governo Estadual,

que deve ter pego o dinheiro e não está colocando na conservação; está construindo uma segunda pista. E aí o que vai acontecer, Deputado José Maria? Vão ficar duas rodovias sob a responsabilidade do Governo Estadual! O atual Governador: “Eu fiz a rodovia. Agora, quem vai conservá-la depois?” Eu, em momento algum questioneei onde estão sendo, bem o mal aplicados, aquele um bilhão de reais. Eu apenas fiz uma referência quando V. Exa. diz que nós temos que pagar a conta do Governo passado, ou seja, os 85 milhões!

Ficaram 85 milhões para pagar! Se são esses valores, pelo Governo Estadual, se ele usou esse dinheiro para pagar 13º, em folha, não sei onde ele gastou! Agora, esse um bilhão que deixou de presente para ele, foi a poupança, o ICMS!

Aliás, o Deputado Rafael Greca, naquela época era Chefe da Casa Civil, que foi feito uma propaganda, não sei se isso foi feito pelo Rafael Greca ou não. Agora, V. Exa. fez aquele do pedágio, “é lisinho, lisinho, sem borracheiro, sem nada”. Acho que o senhor não fez do ICMS, o senhor fez do pedágio. Desculpe. O senhor fez da COPEL, também, aquela propaganda do livrinho. O senhor não fez do outro. O senhor fez da COPEL, da privatização e, hoje, o senhor está contra.

Fique registrado, que realmente eu tenho certeza, que tem que parar de empurrar a culpa em cima de governo passado. Se governo, eu tenho responsabilidade, tenho que fazer e defender os interesses do nosso Estado, do nosso Brasil!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Liderança do Governo, o Deputado Rafael Greca.

Liderança do Governo: Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A gente pode olhar diversas vezes o mesmo rio; nunca é a mesma água que se vê. E, condição de ignorância ou até de estupidez política, é a gente perceber que o interesse público está sendo ferido e não se voltar contra isso. Pode ser má fé, pode ser ignorância, pode ser estupidez política.

Com relação ao modelo do pedágio, eu, de fato, quando Secretário da Comunicação Social do Governo anterior alguns comerciais aonde se fala do modelo do pedágio, no sentido de que isso seria uma solução do problema da pavimentação das estradas do Paraná.

Agora o que nós não imaginávamos é que o pedágio fosse custar tão caro, como também, não imaginávamos que o Governador Requião poderia hoje em dia estar fazendo a pavimentação de quatro mil quilômetros de estradas, sem cobrança alguma de pedágio!

Então, o sentido de se corrigir opiniões ao longo de uma vida pública, é o sentido da bica do conhecimento.

Aliás, o mais sábio de todos os homens que era Sócrates; só fazia perguntas, buscava conhecer sempre as coisas em profundidade.

Eu hoje acho que o modelo de interesse público está muito mais próximo da prática do modelo do Requião, do que do governo do Governador Lerner e do governo Fernando Henrique.

Por exemplo, essa questão da transferência da operação do sistema elétrico, desde o Paraná, chama-se Operador Nacional do Sistema.

Esse ente abstrato administraria um escritório, em Florianópolis, na capital de Santa Catarina. Apaga a luz no Paraná e a gente se queixa aos catarinenses. Apaga a luz, ou tem uma grande tormenta, uma vazão fortíssima nas cidades do Vale do Rio Iguaçu e a gente se queixa a Santa Catarina e despreza os técnicos da COPEL, os engenheiros da COPEL, os formandos no Centro de Hidrologia, da Universidade Federal do Paraná, para se queixar a Santa Catarina.

Passar a administração da Operação do Sistema Elétrico do Paraná, para um “ente”, em Santa Catarina, é, no mínimo inovação da autonomia do Paraná.

Eu, enquanto Secretário da Comunicação, fiz tudo o que devia e o Governador da época tinha a sua política. Nós divulgávamos a política do Governador da época.

Hoje em dia, eu estou exercendo a minha opinião e, na minha opinião, não precisa de nenhum Governador para me dizer que é certo e o que é errado. Aliás, hoje, eu estranhei que depois que falei dessa operação do “ente elétrico”, desde Santa Catarina intervindo na autonomia da COPEL, um comentarista de rádio disse que eu me fazia de porte-voz do Governador Requião. Quero dizer que não preciso ser porta voz do Governador Requião, nem do Governador Lerner, nem de nenhum Governador para defender o interesse do Paraná, porque a defesa do interesse do Paraná faz parte do meu mandato!

E agora que estou exercendo o meu mandato, digo Deputado Elio Rusch com todas as linhas, não é lícito cobrar pedágio abusivo, não é lícito usar os recursos do DETRAN de maneira errada, como se fez na vez passada e não se usar os recursos do DETRAN como agora estão sendo usados para a pavimentação de quatro mil quilômetros de rodovias, assim como também não é lícito transferir a operação do ente elétrico desde o Paraná para um Centro de Operações em Florianópolis, em Santa Catarina. Nós engenheiros conhecemos a hidrologia difícil do Rio Iguaçu.

Nós sabemos que com essa hidrologia difícil, mesmo que a transmissão de dados se dê em tempo real, mesmo que exista sofisticação em equipamentos, é muito importante o monitoramento do rio desde o Paraná, feito pela COPEL.

O Sr. Marcos Isfer (PPS) (Aparte)

Agradeço o aparte.

Não entendi a afirmação que V. Exa. fez quando se referiu ao DETRAN, porque eu, por dezoito meses,

estive à frente daquele órgão e parece que em todas as oportunidades os recursos foram gastos da forma mais correta possível. E até mesmo pelas informações que eu tenho, e que se houve o excesso, foi na área de publicidade e na área junto à Comunicação Social, em que V. Exa. foi Secretário.

Quero deixar muito claro, que enquanto fui Diretor do DETRAN não houve problema nenhum na gestão dos recursos daquele órgão que V. Exa. comunica a esta Casa.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Agradeço o seu aparte e quero esclarecer que enquanto dirigi a Secretaria da Comunicação Social do Estado não interferi, de maneira absoluta, de maneira nenhuma nas verbas do DETRAN.

Com relação à lisura de V. Exa. não levantei nenhuma dúvida. O que eu digo é que hoje com os recursos do DETRAN se está fazendo também a pavimentação de quatro mil quilômetros de estradas no interior do Paraná.

Se hoje se está fazendo, é porque no passado também se poderia ter feito e não se fez, quando, por exemplo, o Deputado Nelson Justus era Secretário não tinha verbas do DETRAN para o DER. Pergunto, será que não tem razão o falecido Governador Leonel Brizola, que diz o seguinte: “se está faltando melado e alguém está chupando cana, é porque algo há”. No passado faltou melado, hoje sobra dinheiro para o DER fazer pavimentações no interior e o Governador vai enfrentar com coragem a questão dos pedágios federais nas estradas federais do Paraná, porque colocará do outro lado da balança os quatro mil quilômetros de estradas feitos com recursos próprio do Governo do Paraná.

Acho que a sociedade brasileira não suporta nenhum tipo de imposto, e pedágio também é imposto, como também pode ser imposto aumento da tarifa elétrica que vai com certeza advir no momento em que um ente privado, de acordo com o Decreto de 1998 do Presidente Fernando Henrique, passe a operar em janeiro de 2006, o sistema elétrico da COPEL. Vou entrar com uma ação popular contra isso, porque eu tenho de ter a minha opinião sobre a questão das privatizações, sobretudo depois de ter vivido, inclusive, por dentro dos Governos Lerner e Fernando Henrique.

Tenho direito de mudar de opinião, tenho direito de defender o interesse público e vou defendê-lo acima de todas as coisas, porque isso faz parte do meu mandato.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Deputado, ouço com atenção seu pronunciamento.

Só farei uma pergunta: V. Exa. conhece a rodovia de Marechal Cândido Rondon a Guaíra? Essa é a principal causa que me levou à tribuna. Está intransitável. Não é concebível Deputado Rafael Greca, que o Governo do Estado e o Governo Federal brinquem de pingue-pongue com essa rodovia.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

É uma BR ou uma PR?

O Sr. Elio Rusch (PFL)

É uma BR, e não PR. É, o Governo Federal repassou para o Estado, o Estado diz que não é dele, não aceita, e o Governo Federal diz que já repassou, e ninguém é dono. O que é que vamos fazer?

Segunda pergunta que faria a V. Exa., independente do pedágio, eu sempre disse: “Quero rodovias boas mas eu não quero pagar pedágio”, mas eu sou uma pessoa consciente, nem Governo Federal, nem Governo Estadual têm dinheiro para recuperar as rodovias hoje no Brasil e no Estado, não existe dinheiro, não tem! Se alguém vai dizer que as rodovias no Paraná estão boas, não é verdade; para não dizer que a pessoa está faltando com a verdade. Não existe, alguns trechos, sim, mas eu levo V. Exa. em trechos das rodovias estaduais do Oeste do Estado, e com toda certeza, em todas as regiões do Estado do Paraná, que as rodovias são estaduais e não estão naquele pacote de quatro mil quilômetros de rodovias recuperadas. As que não são prioritárias.

Agora, pergunto a V. Exa., o que será que seria das rodovias federais que integram o anel da integração se não tivéssemos o pedágio no Estado do Paraná? Como é que nós iríamos transportar na rodovia? Será que essa 277, ligando Foz do Iguaçu até Paranaguá, ou as outras rodovias também que integram o anel de integração, não estariam no mesmo estado que se encontra essa e outras rodovias?

Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Eu quero dizer que o processo de auto-sustentação das rodovias deve buscar uma medida de virtude, que não significa, necessariamente, o pedágio extorsivo, e não significa necessariamente o total investimento do Estado através do Governo Federal ou do Governo Estadual. A rodovia Rondon-Guaíra pode ser objeto de um requerimento de V. Exa. ao diretor do DER. Agora, na imensa malha viária do Paraná, quatro mil quilômetros já estão arrumados, ou vão ser arrumados pelo atual Governador.

Obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 45 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 035/2005, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo que a Secretaria de Estado da Fazenda realize estudos visando à criação de Inspetorias Especiais de Fis-

calização e Controle do ICMS, próximas às zonas primárias de Curitiba, Foz do Iguaçu, Paranaguá e Santa Helena. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 09 (nove) de autoria do Sr. Deputado Waldir Leite, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Pela Ordem)

Esse projeto é uma discussão com a categoria dos taxistas. Há uma legislação federal que prevê incentivo do IPI, e uma legislação estadual que prevê incentivo de ICMS, na aquisição de veículos para taxistas.

Há uma discussão para que o prazo de isenção não seja de três anos para troca de veículos, mas sim de dois anos. Com isso, renova a frota. Os encargos, tanto em nível de Estado e de Governo Federal, são muito pequenos. Melhora o serviço prestado à população, principalmente nas grandes cidades.

Não é de nossa alçada, mas conversei com o Secretário Heron Arzua e ele apóia esta iniciativa. Que a Assembléia aprove uma decisão nesse sentido, para que o Governo do Estado, através do CONFAZ, possa reivindi-

car em nível nacional a redução de três para dois anos para aquisição do próximo carro em todo o Brasil.

Algumas questões em relação aos taxistas, principalmente em relação a esses benefícios têm alguns problemas. Por exemplo: o taxista só pode ter um carro com o benefício. Quando o taxista aos 65 anos falece, o carro não pode ficar com a viúva. Cria um problema do ponto de vista da estruturação da família. A viúva tem que se desfazer do carro ou tem que comprar um carro para o filho. É o mesmo carro, é a mesma família, é instrumento de trabalho daquela família, ele é o provedor do ponto de vista das condições financeiras daquela família, ela fica sem condições de ter o benefício.

Esta precisa ser uma correção em nível federal e estadual. Gostaria de ver esse projeto apoiado pelos Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 2441, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando a aprovação deste Plenário para seu afastamento no dia 30 do corrente mês, para representar esta Casa de Leis junto ao Poder Legislativo, na Capital Federal, Brasília. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2460, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se em viagem a Cornélio Procópio no dia 30 do corrente mês, a fim de participar de Solenidade de Abertura da VIII EXPO-COP - Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 484/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/2004, que objetiva transformar a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, em Autarquia, sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 484/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR, criada pela Lei

Estadual nº 6969, de 26 de dezembro de 1977, fica transformada em Autarquia sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, integrante da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o artigo 7º, inciso I da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987.

Art. 2º O Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER tem por finalidade promover o desenvolvimento tecnológico, sócio-econômico, político e cultural da família rural e seu meio, atuando em conjunto com a população rural e suas organizações.

Art. 3º Ficam transferidos da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, todos os direitos, créditos e obrigações decorrentes de lei, atos administrativos, contratos ou convênios existentes, bem como suas respectivas receitas.

Art. 4º Ficam extintos os cargos de Diretor-Presidente, de Diretor Administrativo e de Diretor Técnico da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR.

Art. 5º Ficam criados no Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, os seguintes cargos de provimentos em comissão:

I - 01 (um) cargo de Diretor-Presidente, símbolo DAS-1;

II - 02 (dois) cargo de Diretor, símbolo DAS-3.

Art. 6º O patrimônio, a receita, os saldos orçamentários e os funcionários são transferidos para a Autarquia transformada.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, dentro de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

§ 2º Integrarão o referido Plano, os funcionários que não optarem pelo Plano de Demissão Voluntária proposto pelo Poder Executivo e que estejam regularmente contratados pela Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

Art. 7º O Regulamento do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER fixará atribuições, competência, estrutura organizacional e demais condições para seu funcionamento, respeitadas as determinações legais cabíveis, a serem aprovadas por ato do Chefe do Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação da presente lei.

Art. 8º O Poder Executivo fica autorizado a abrir um crédito adicional, até o limite dos saldos apurados no orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR, aprovado pela Lei

Estadual nº 14.275, de 29 de dezembro de 2003, em conformidade com a Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, usando implementar a presente lei.

Art. 9º Fica o Poder Executivo responsável pela manutenção do patrocínio do plano de benefício da Fundação Assistencial Previdenciária da EMATER - FAPA.

Art. 10 Esta lei entrará em vigor em 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.08.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

Aprovado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Os Deputados da Oposição votaram favorável à redação final, mas fica registrado que a Oposição foi totalmente contra a autarquização da Empresa EMATER.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está registrado nos Anais desta Casa a posição de V. Exa.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 321/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção da Saúde do Sudoeste do Paraná, com sede e foro no Município de Chopinzinho. **Aprovado. (Publ. no DA nº 048/2005, de 24/05/2005).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 370/2005, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Mantenedora da Escola de Educação Especial de Apucarana, com sede e foro no Município de Apucarana. **Aprovado. (Publ. no DA nº 057/2005, de 08/06/2005).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 416/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação de Massoterapeutas do Brasil - Massagistas, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/2005, de 27/06/2005).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 417/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Associação Antonio e Marcos Cavanis, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/2005, de 27/06/2005).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 446/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/2005, que dispõe sobre a reestruturação da tabela de vencimentos e vantagens do pessoal docente das instituições estaduais de ensino superior do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2005, de 08/08/2005).**

2ª Discussão**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/2003, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que estabelece o parcelamento dos débitos referentes a multas de trânsito no Estado do Paraná em até 24 parcelas e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo. Aprovado o projeto.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.580/96 (ICMS - Redução de 18% para 12% - comercializações de máquinas e equipamentos de terraplanagem). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Recanto da Fraternidade Plantando Vidas, com sede e foro no Município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 445/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pioneiros Mourãoenses, com sede e foro no Município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 454/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública o Instituto Fundação Manoel da Graça, com sede e foro no Município de Arapongas. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar a cessão de imóvel situado nesta Capital, à Associação Mantenedora do Centro Integrado de Prevenção - AMCIP. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTCEC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/2005, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública o São Lucas Futebol Clube, com sede e foro no Município de Paranavaí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a responsabilidade da destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. **(Publ. no DA nº 051/2004, de 07/06/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 233/2004

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei de iniciativa do ilustre Deputado Natálio Stica, dispõe sobre a responsabilidade da destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas.

A responsabilidade, segundo a proposta, para dar destino ao referido material, após o seu esgotamento energético ou vida útil, caberá tanto ao fabricante, como aos importadores ou revendedores, estabelecendo procedimentos a serem observados.

Voto do Relator e Fundamentação

A proposição em questão está devidamente amparada constitucional e legalmente, posto que é de competência estadual legislar sobre a proteção do meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, posto que o artigo 23 da Constituição Federal estabelece competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sobre a matéria.

Ademais, absolutamente oportuna a proposição sob exame, uma vez que instrumentaliza os órgãos estaduais na fiscalização desta atividade, inclusive com fixação de penalidades para os infratores.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 233/2004, quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade na forma da redação proposta.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 233/2004

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Natálio Stica, dispõe sobre a responsabilidade da destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas.

Fundamentação

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, chamada a opinar, nos termos do artigo 33, parágrafo 12 do Regimento Interno, verificou que a medida em referência, tem como iniciativa o incentivo para que empresas passem a reduzir o uso de substâncias tóxicas para evitar todo o processo de recolhimento de baterias e pilhas usadas.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.2005.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

RENATO GAÚCHO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2489, de autoria do Sr. Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão, por 03 (três) Sessões, do Projeto de Lei nº 233/2004.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa Betel de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2005, de 09/05/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 261/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Marcos Isfer, declara de Utilidade Pública a Associação Casa Betel de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte-PR.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dá providências com referência à cobrança do consumo de energia elétrica na zona rural. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ

e CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 048/2005, de 24/05/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 320/2005

P A R E C E R :**Do Relatório**

O Projeto de Lei nº 320/2005, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Ratinho Júnior e outros, tem por escopo dar providências com referência à cobrança do consumo de energia elétrica na zona rural.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que o referido projeto tem como objetivo proporcionar o pagamento do consumo de energia elétrica por consumidores da zona rural, não inclusos em outros programas de isenção, remissão ou gratuidade, por ocasião da realização da safra ou a cada quatro ou seis meses. Estabelece, ainda, sua regulamentação pelo Poder Executivo.

Salienta-se que *a priori* a discussão poder-se-ia ocorrer quanto à necessidade de um projeto de lei autorizatório, posto que o Executivo prescindiria da respectiva competência, contudo, não compete a essa Comissão de Constituição e Justiça emitir pronunciamento a respeito do que seja necessário ou não, posto que tal entendimento relaciona-se com o mérito e, sendo assim, é atribuição do Plenário onde, diga-se, pode o projeto sofrer emendas, cujo teor não se pode prever de antemão.

Tanto a Constituição Estadual como a Constituição Federal, ao repartirem as competências entre os Poderes, o fazem de forma expressa, não cabendo ao intérprete ampliar ou restringir limites não previstos expressamente, mediante processo de hermenêutica.

Da Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 320/2005, por não encontrar qualquer embaraço jurídico impeditivo.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 320/2005

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do novo Regimento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

“À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa

pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 05 de novembro de 1986”.

A proposição sob análise dá aos consumidores de energia elétrica na zona rural a oportunidade de pagar suas faturas por ocasião da realização da safra ou a cada quatro ou seis meses.

Os valorosos trabalhadores da zona rural têm sua economia condicionada à mudança do clima e às condições do solo.

É no momento das colheitas que os trabalhadores rurais, em especial com menor patrimônio, obtêm recursos para a sua manutenção e de sua família.

Por outro lado, há usuários com melhor poder aquisitivo que podem pagar regularmente as suas faturas, pois estão em condições bem melhores que a grande maioria de empregados urbanos.

Por este motivo, é importante estabelecer um ponto de equilíbrio para que não sejam cometidas injustiças sociais e onere-se excessivamente o poder público, o que poderia reduzir a capacidade financeira para custear outros programas sociais como é o caso do Luz Fraterna.

Pelo exposto, entendemos ser necessário emendas à proposição para não ocorrer que fazendeiros e até latifundiários tenham vantagens maiores que muitos empregados urbanos que recebem um ou dois salários mínimos.

Neste sentido, propomos a emenda em anexo, limitando o benefício para aqueles cujo patrimônio declarado não seja maior que R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

O parecer é favorável à tramitação da proposição acrescida da emenda, pois presentes os requisitos formais e legais no tocante à competência desta Comissão.

Sala das Comissões, em 17.08.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 320/2005**

ADITE-SE ao Projeto nº 320/2005 que “dá providências com referência à cobrança do consumo de energia elétrica na zona rural” artigo com o seguinte teor, fazendo-se a renumeração necessária.

“Art... O benefício previsto no *caput* do artigo 1º será concedido somente aos usuários da zona rural cujo patrimônio declarado não seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Parágrafo único. O valor previsto neste artigo será corrigido em 2 de janeiro de cada ano pelo IPCA - Índice

de Preços ao Consumidor Amplo ou outro que vier a substituí-lo.”

Sala das Comissões, em 17.08.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Apoiamento:

Carlos Simões, José Maria Ferreira e 01 ilegível.

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/2005, que objetiva criar o Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociência - IRFA, sob vinculação à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 059/2005, de 13/06/2005).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 367/2005**

P A R E C E R :

Preâmbulo:

O projeto de lei sob análise tem como objetivo instituir o Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociência (IRFA), autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA.

O projeto dispõe quanto à sede, foro, jurisdição, privilégios e isenções do Instituto. Define suas finalidades, atribuições, discricionariedade, patrimônio e receitas. Atribui ao Instituto a administração do Fundo de Terras, Fundo de Desenvolvimento Rural e Fundo de Desenvolvimento e Colonização e transfere atividades e áreas de terras ao Instituto.

Modifica a Lei nº 13.425, de 07/01/2002, definindo as atividades relativas à SEMA, IAP e IRFA. Configura sua estrutura administrativa e dispõe acerca de seu regulamento e estrutura básica a serem estabelecidos mediante Decreto do Governador. Transfere e cria cargos de provimento em comissão e autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional para implementação das referidas medidas.

Legitimidade:

A legitimidade quanto à iniciativa para legislar acerca da matéria encontra-se consubstanciada na Constituição do Estado do Paraná.

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração ou aumento de sua remuneração;

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Mérito:

Nada há obstar-se quanto ao mérito da presente proposta. No entanto, sua cláusula de revogação vai de encontro ao disposto pela Lei Complementar nº 95.

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Desta forma, sugeríamos a anexa emenda.

Constitucionalidade:

Ante todo o exposto, nota-se que a presente proposta, complementada pela emenda anexa, está em conformidade com a técnica legislativa e não há óbice quanto à legalidade e constitucionalidade do projeto em apreço, de forma que opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 367/2005

O artigo 18 do Projeto de Lei nº 367/2005, passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 18. Fica revogado o inciso XIX do artigo 1º da Lei nº 13.425 de 07/01/2002.”

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 367/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 367/2005, de autoria do Poder Executivo, objetiva criar o Instituto de Regularização Fundiária, Agrária e de Geociência - IRFA, sob vinculação à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional.

O projeto de lei vem acompanhado da Informação nº 112/2005, elaborada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - Coordenação do Orçamento de Programação informando que as despesas anuais para a criação do Instituto são da ordem de R\$ 320.436,00 (trezentos e vinte mil, quatrocentos e trinta e seis reais) e que este montante está disponível no Orçamento através da readequação orçamentária, motivo pelo qual não há óbices para a tramitação do projeto.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 17.08.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Assembléia Legislativa, no ano passado, criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para fazer um levantamento no Estado do Paraná, da questão agrária e fundiária do nosso Estado.

Nós tivemos o Deputado Bradock como relator dessa Comissão que foi presidida por nossa pessoa e diversos Deputados integraram-na.

No término dos trabalhos, tivemos diversas recomendações e uma delas, que foi discutido muito na CPI, não só pelos integrantes da Comissão, mas pelos próprios depoentes que vieram nessa comissão, sejam pessoas ligadas ao movimento e mesmo à própria FAEP, as cooperativas, enfim, todas as entidades fizeram referência que o Estado do Paraná, é de que não tinha na sua estrutura e não tem, na atualidade, uma Secretaria específica que cuide da questão agrária e da questão fundiária.

No relatório nós incluímos e sugerimos que o Governo do Estado criasse, na estrutura administrativa, junto com a SEMA, reativassem o antigo ITCF ou alguma estrutura semelhante para resolver a questão fundiária do nosso Estado.

Um levantamento que veio para própria CPI e dito por um dos funcionários, um dos responsáveis da Secretaria do Meio Ambiente, da SEMA e ligada, exatamente, na questão fundiária do nosso Estado. Um levantamento que veio para a própria CPI e dito por um dos funcionários responsáveis da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA - e ligada exatamente na questão fundiária do nosso Estado trouxe um levantamento assustador para nós.

Só na região metropolitana temos mais do que dez mil propriedades rurais, sem o título definitivo, sem o registro das suas propriedades. Esse projeto que o Governo do Estado envia para a Assembléia e o Deputado Bradock me mostra um “releasing”, uma notícia que tem saído, acredito, do próprio Palácio Iguaçu, faz referência à criação desse órgão na estrutura administrativa, fazendo se preocupar na questão fundiária do nosso Estado. Espero, efetivamente, que esse órgão que se cria agora na estrutura administrativa do governo, possa ser um órgão da solução dos problemas e que não seja apenas mais um órgão que venha a aumentar o conflito que se estabeleceu no campo, no nosso Estado do Paraná.

Somos amplamente favoráveis e nem poderia ser diferente, porque é uma matéria que discutimos por demais. Louvo essa iniciativa e posso dizer que isso é um fruto do trabalho do Deputado Plauto, V. Exa. que foi o autor dessa CPI, desenvolvida pelos Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa e que nasceu na CPI da Reforma Agrária.

Obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)
Para Encaminhar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Concedo a palavra ao Deputado Elton, para encaminhar, posteriormente ao Deputado Plauto.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)
Sr. Presidente, eu também queria ressaltar e enaltecer o Poder Executivo por essa iniciativa.

Eu, que participei em boa parte dos trabalhos da CPI e depois tive que sair, e entrou o companheiro Pedro Ivo. A criação do Instituto IRFA tem por finalidade a colonização e o desenvolvimento rural do Estado. Mais de 13% da áreas do Estado, segundo o INCRA, não possuem documentação. A iniciativa é louvável. A execução desses serviços cartográficos, a elaboração do cadastro territorial-rural e sua estatística imobiliária vão ajudar muito na reforma agrária, que também vai ser um grande parceiro do INCRA, às situações de terras, como na comunidade de Laranjeiras do Sul, áreas que são consideradas indígenas, mas o Estado concedeu a titulação dessas propriedades a colonos, em torno de quarenta, cinquenta anos. Esse instituto virá para subsidiar esta Assembléia, o Governo do Estado em parceria com o INCRA, para regularizar situações fundiárias e heranças históricas que precisamos resolver.

Estão de parabéns o Governador e esta Assembléia também, no seu relatório como muito bem colocou o Deputado Elio Rusch, sugerindo a criação desse Instituto que se chama IRFA.

Voto favorável também a esse projeto.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero parabenizar o trabalho da CPI da Terra, que trilhou o seu caminho de investigações apontando irregularidades e ao mesmo tempo sugerindo. Uma das sugestões, pelas mãos do Presidente, Deputado Elio Rusch e Deputado Bradock, relator, e dos demais componentes dessa Comissão, foi o pedido no seu relatório ao Governo do Estado do Paraná, do Poder Executivo, para que criasse o órgão para poder discutir a questão agrária no Estado do Paraná. O pedido foi feito. O Governo do Estado manda para a Assembléia uma mensagem criando um órgão, para poder estudar, discutir, apontar e mostrar tudo aquilo relacionado à questão agrária no Estado do Paraná.

Sr. Presidente, espero que esse órgão, a partir do momento que seja implantado, venha a ser dirigido por pessoas imparciais, para que não tenhamos tendências políticas ideológicas, para que venham a fazer com que o conflito aumente no Estado do Paraná. Vemos um INCRA, na sua direção e história, muitas vezes dirigir lideranças, por membros de movimentos, por membros

de partidos políticos com tendências ideológicas e a direção deste órgão ajudou a fazer com que o conflito no campo viesse a aumentar. O antigo ITCF, no momento em que teve a sua direção por tendência ideológica, por representantes com posições ideológicas, fez com que a invasão de propriedades produtivas no Estado do Paraná viesse a aumentar.

Então, o que espero é que esse órgão tenha uma imparcialidade: esteja ali para resolver o problema agrário no Estado do Paraná, para fazer com que as terras improdutivas do nosso Estado - se é que existem, porque a própria CPI apontou que um número muito pequeno de propriedades improdutivas existe no Paraná - possam ser desapropriadas e, automaticamente, receberão as famílias com vocação na agricultura, para que façam parte desses assentamentos e não da forma como é hoje. É uma baderna: áreas produtivas sendo invadidas, famílias que nunca tiveram participado na sua história na produção rural, nunca moraram no interior do Estado, nunca viveram em uma propriedade rural e estão hoje recebendo lotes nesses programas da reforma agrária do Governo Federal, com o apoio do Governo do Estado do Paraná.

Enfim, espero a imparcialidade no momento da indicação dos representantes que vão comandar esse novo Instituto.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, na mesma linha, só queria parabenizar também o trabalho feito pela Comissão e o Governo do Estado, por ter atendido a uma das recomendações feitas pela Comissão. Acho que o Governo do Estado e o Governador Roberto Requião neste momento, mandando esta Mensagem, sintonizam com aquilo que nós, entre outras coisas, detectamos, que é uma necessidade urgente de se fazer levantamento e não apenas o levantamento das terras que por ventura estejam ociosas, mas também um levantamento cartográfico de todas essas terras.

Parece-me que neste momento o Governo cumpre com o seu papel, assim como a CPI soube cumprir com o papel que a ela foi designado. Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação.

Aprovado.

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 444/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Centro de Evangelização, Formação, Vivência e Acompanhamento Padre Arlindo Tomazi - CEFA, com sede e foro no Município de Terra Rica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/2005 em 02.08.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 444/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declara de Utilidade Pública o Centro de Evangelização, Formação, Vivência e Acompanhamento Padre Arlindo Tomazi - CEFA, com sede e foro no Município de Terra Rica, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 471/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa e Beneficente dos Oficiais de Justiça da Comarca de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 078/2005 em 09.08.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 471/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declara de Utilidade Pública a Associação de Recreativa e Beneficente dos Oficiais de Justiça da Comarca de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 473/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Medicina e Ensino - AME, com sede e foro no Município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 079/2005 em 10.08.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 473/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Medicina e Ensino, com sede e foro no Município de Maringá, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2442 e 2450, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2444, 2445 e 2448, de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2451 e 2465, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2454 a 2459 e 2461 a 2463, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2464, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2466, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 2468, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2469, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, com apoio do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2485 e 2486, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2490, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2492, de autoria do Sr. Deputado

Cesar Seleme, com apoio dos Srs. Deputados Natálio Stica e Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2493, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, com apoio do Sr. Deputados Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Quero informar aos Srs. Parlamentares que nós teremos uma Sessão Solene em comemoração aos 152 anos de emancipação política do Paraná, logo mais, às 17h00, neste plenário.

Conto com a colaboração e a presença de todos os Parlamentares.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/2003 e do Projeto de Lei Complementar nº 118/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 261, 320, 367, 444, 471 e 473/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 005, 043, 051 e 052/2005.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DOBRANDINO DA SILVA, EM SESSÃO DO DIA 29 DE AGOSTO DE 2005.

“A Remoção do Entulho Neoliberal”

Carlos Lessa
Folha de São Paulo

Sim. A nova política teria como diretiva principal reduzir a menos da metade a taxa de juros real. Ao fazê-lo, surgiria oxigênio para as políticas sociais e para a infra-estrutura econômica e social. A queda da taxa de juros, combinada com o investimento público, estimularia o investimento privado. O país superaria a medíocre taxa de investimento, que anda abaixo de 20% do PIB. Retomaria uma trajetória de crescimento de um círculo virtuoso de geração de emprego e renda. Mas a redução

da taxa de juros poderia espantar o capital cigano estrangeiro que parasita os juros elevados que nos sangram. O Banco Central precisaria adotar restrições à atuação desse capital especulativo.

É um pesadelo saber que o Brasil gastará, neste ano, R\$ 7 bilhões com o Bolsa Família, enquanto pagará mais de R\$ 140 bilhões de juros de dívida pública. Pochmann estima que 80% desses bilhões se destinam a pouco mais de vinte mil famílias. Temos o primeiro lugar mundial em taxa de juros real, com o dobro do segundo colocado. Tanto o superávit espetacular (5% do PIB) como o déficit nominal ainda assustador, apenas para os rentistas.

Outras decisões teriam que ser tomadas para uma nova política econômica. Nosso BC, a exemplo do FED americano, preocupar-se-ia com o nível geral de preços e com a atividade econômica. Utiliza o modelo de metas de inflação da forma mais beata. Fixa uma meta de redução na taxa, medida pelo IPCA. Não expurga preços indexados por contratos com prestadores de serviços públicos. Nosso BC combina fidelidade obsessiva a esse modelo com a crença no produto potencial. Construiu, como limite superior de crescimento do PIB, 3,5% ao ano - acima disso, o país estaria sob ameaça do monstro inflacionário. É necessário ter presente que o Brasil, crescendo menos que 5% ao ano, não absorve sequer o crescimento vegetativo da força de trabalho. O país, com uma população economicamente ativa de oitenta milhões, em que 23 milhões estão desempregados ou subempregados, verá crescer a massa de excluídos. Pouco dinamismo servirá para manter os salários deprimidos.

O “remédio” da elevação da taxa de juros teria outro mérito, para o BC: atrair o capital cigano que vem do exterior gozar as delícias financeiras que o país propicia - um banquete tão atraente que o afluxo de dólares valoriza o real. Esse é um vetor espúrio de controle de preços. O câmbio flutuante permite a âncora cambial sujeita a ventos e tempestades da conjuntura internacional. Façamos votos de que o barril de petróleo não passe de US\$ 80.

Outro conceito que aprisiona o país é o NFSP (Necessidades de Financiamento do Setor Público), que compreende as estatais como unidades de gasto, não de produção. Impede que contraiam empréstimos para novos investimentos produtivos. Trata o investimento como gasto indispensável. A adesão, nos anos 80, a esse conceito foi a preliminar para a privatização, mesmo quando, ao fazê-la, o Tesouro tivesse que assumir passivos perigosos.

Outro conceito completa o quadro sinistro: o superávit primário é resultado líquido de receitas menos gastos não-financeiros. Dado um montante de dívida acumulada, no principal indexada à taxa de juros real mais elevada do planeta, deriva-se um montante de juros a ser pago como prioridade absoluta. O superávit tem que ser feito cortando gastos sociais e investimentos públicos. O Banco Central eleva a taxa de juros real e vê a inflação como fenômeno controlável por corte de demanda global.

Doa a quem doar. A Secretaria do Tesouro comprime e procrastina os gastos, convertendo numa peça de ficção o orçamento aprovado pelo legislativo.

É necessária uma cirurgia institucional para separar mercado de dinheiro, que remunera no over os saldos de bancos, do mercado de dívida pública. O Brasil, com a herança da hiperinflação, preservou um sistema que remunera o curto prazo à mesma taxa de juros do longo prazo. Como mais de 60% da dívida pública é corrigida diariamente pela SELIC, a bola de neve infernal da dívida pública rola, esmagando a potencialidade de crescimento do país.

O modelo de metas de inflação, a perfeita liberdade para o capital estrangeiro vir e ir por 24 horas, a peculiar redução do longo ao curto prazo, a estrita observância do NFSP e a santificação do superávit primário compõem o entulho neoliberal que precisa ser removido para uma nova política econômica.

Em tese, o Presidente Lula pode removê-lo. Creio que não o fará, porque seu capital político hoje está dependente do aplauso dos rentistas. Afinal, Márcio Cipriano, Presidente da FEBRABAN, disse, em 3 de maio deste ano: “Lula está fazendo tudo o que a gente quer (...). Se a eleição fosse hoje, estaria reeleito”. A novidade, que não inova a política econômica, é o déficit nominal “zero”. O professor Delfin Netto dará sobrevida à confortável taxa de juros real que aquece os corações rentistas.

Publicações:

Diretoria Geral

Despacho do Diretor

PROCESSO Nº 5933/2005

Requerente: EVA CONSTANTIUKE

Assunto: Solicita abono permanência.

Data: 05/08/2005.

Despacho:

1) Indefiro, nos termos do parecer da Procuradoria Geral.

2) Ao DSE, para publicação.

3) Ao DA, para arquivar.

Em 24/08/2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 024/2005-DAT

O Diretor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 19 da Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004,

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DA DESPESA

| Código | P/A | Fonte | Valor |
|--------------|------|-------|---------------------|
| 4490 5100 | 2000 | 100 | 1.500.000,00 |
| Total | | | 1.500.000,00 |

ACRÉSCIMO DE DESPESA

| Código | P/A | Fonte | Valor |
|--------------|------|-------|---------------------|
| 3190 1100 | 2000 | 100 | 1.000.000,00 |
| 3190 9400 | 2000 | 100 | 500.000,00 |
| Total | | | 1.500.000,00 |

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.08.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto:

Deputado Nereu Moura - 1º Secretário.

Ata de Comissão

Comissão de Ecologia

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de 2005, reuniu-se na sala de Reunião da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a Presidência do Senhor Deputado Francisco Bühner, com as presenças dos Senhores Deputados Renato Gaúcho, Cida Borghetti e Cleiton Kielse membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Na seqüência, o Deputado Francisco Bühner, Presidente da Comissão submeteu a votação o Projeto de Lei nº 233/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a responsabilidade da destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas Relator Deputado Renato Gaúcho. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por

